

partido comunista internacional

AS LUTAS DE CLASSE EM PORTUGAL

DE 25 DE ABRIL A 25 DE NOVEMBRO

**(E SUAS RELAÇÕES COM AS LUTAS
DE INDEPENDÊNCIA NA ÁFRICA)**

edições programme communiste

3 F

APRESENTAÇÃO.

Reunimos nesta brochura os principais artigos sobre Portugal publicados em nossa imprensa desde os primeiros dias da "revolução dos cravos" até aquele dia fatídico de novembro de 75 em que os cravos murcharam de chofre nas lapelas atônitas dos que davam por certa e garantida a vitória da revolução. Para uma melhor leitura agrupamos os artigos por tema, de modo que a ordem em que os apresentamos aqui nem sempre coincide com a ordem cronológica da sua publicação.

Assim, o primeiro artigo recoloca em seus justos termos a função das forças armadas, que o marxismo sempre mostrou serem um órgão diferenciado da sociedade de classes encarregado da defesa do poder das classes possuidoras, de que emanam. O vetor dessa força sempre será dirigido no sentido da conservação do regime burguês, isto é, num sentido antiproletário, inclusive - e sobretudo - quando elas se ornem com galões pretensamente revolucionários e socialistas. Pretender que elas possam mudar sua função própria e transformar-se, de órgão de defesa do sistema capitalista, em órgão da sua destruição é como pretender que os intestinos possam trocar sua real função digestiva pela, mais sublime e elevada, de órgão encarregado da memória e do pensamento. Em substância, o resultado das elucubrações dos que, incapazes de memorizar as inúmeras lições da história, admitem tamanho absurdo em nada difere, pelo conteúdo e pela forma, das mau-cheirosas excreções sólidas ou gasosas daqueles...

Esquecendo, ou escamoteando, essa função imutável das forças armadas num regime burguês, os partidos e grupos de esquerda tomaram o 25 de abril pelo despontar da Revolução, quando não por ela própria, cujo meio-dia viram na ópera-bufa de 28 de setembro, acreditando - e, pior ainda, fazendo crer - que a revolução pode ser realizada como uma conciliação dos antagonismos de classe no abraço eufórico entre as classes oprimidas e os principais garantes da opressão, em vez de ser, pelo contrário, o resultado da explosão desses antagonismos na forma culminante da luta de classes: a insurreição armada do proletariado contra o Estado burguês e seu aparelho civil e militar. Inebriados pelo aroma de fraternidade interclassista propagado pelos cravos distribuídos pelos veteranos dos massacres coloniais repentinamente convertidos ao "terceiro-mundismo", não viram que a revolução só existia na forma ilusória da "frase revolucionária", contribuindo assim para cultivar essa ilusão, o que era o objetivo dos golpistas - mil desculpas, dos revolucionários! - de abril, objetivo para cuja consecução os grandes partidos oportunistas - PC e PS - envidaram todos os seus esforços. Precisamente por essa embriaguez geral comparamos a falsa revolução portuguesa àqueles dias de junho de 1848 na França, dias que preludiaram o sangrento massacre do proletariado parisiense, que despertara tarde demais da euforia da não menos falsa revolução.

Desmentindo, contra o humor geral, o caráter revolucionário da situação portuguesa, mostramos ser ela uma bem montada farsa

que encobria a tragédia de que era palco o império colonial africano e cujo objetivo central era o de dar a essa última um desfecho que não fosse inteiramente desfavorável à metrópole lusitana, conservando para essa ao menos parte de seus privilégios coloniais. É verdade que boa parte dos grupos de "extrema esquerda" percebeu a relação entre as guerras coloniais e o 25 de abril, o que, aliás, todo comentarista burguês não muito estúpido foi capaz de fazer. Mas ficaram nisso. A miopia (melhor seria dizer: a cegueira congênita) que lhes vem de seu imediatismo impediu que fossem além dessa simples constatação e vissem no MFA não um instrumento da Revolução, mas sim da conservação social sob o signo infame da "descolonização" e da reconversão a que o capitalismo português se via forçado devido ao desmantelamento do seu império colonial. Ao contrário, aceitaram despreocupadamente as flores do MFA e tomaram prazenteiramente parte na farsa que ele encenava. Caucionando a política da "descolonização" ao fazerem seu, direta ou indiretamente, o projeto de um "imperialismo popular" acalentado pela esquerda do MFA, tornaram-se cúmplices do seu Estado na opressão colonialista e caíram, assim, estrepitosamente, na lama imunda do social-imperialismo, como documentamos ao analisar seu comportamento diante do teste da questão colonial. Seguiram nisso o PC e o PS que, obedecendo à sua natureza de agentes da burguesia, tinham-se feito, desde os primeiros momentos, sem hesitações nem reservas, os porta-vozes "operários" da nova política colonialista de seu Estado.

Do mesmo modo que conseguiram o apoio, direto ou indireto, à sua política no campo colonial, os próceres do MFA foram igualmente felizes no campo social interno, em que buscavam unânimemente, acima das divergências entre as correntes de esquerda e de direita do Movimento, preservar, por um lado, a *unidade das forças armadas*, comprometida pelo descontentamento e pelas manifestações de indisciplina da tropa, resultado da desastrosa campanha da metrópole negreira na guerra colonial, e, por outro lado, manter o movimento social, que se ativara em consequência dos abalos provocados na metrópole pelos golpes vigorosos da luta independentista nas colônias, dentro dos marcos da sacrossanta Ordem burguesa.

Com efeito, também nesse campo os grandes partidos oportunistas, bem como os grupos do oportunismo de "extrema esquerda", empunharam de uma maneira ou de outra a bandeira da *unidade* desfraldada pelo MFA: unidade entre praças e oficiais, entre povo e forças armadas, o que, na realidade, significa submissão de *todo* o proletariado - isto é, do *proletariado fardado*, os soldados, e civil - a este baluarte da Ordem burguesa que são as forças armadas.

No tocante a essas últimas, o princípio da unidade entre praças e *oficialidade* (o marxismo ensina - e os próprios fatos portugueses comprovam - que, devido à natureza do organismo militar, o apoio ainda que a uma parte apenas da oficialidade significa apoio ao conjunto da mesma, isto é, *submissão à hierarquia e ao aparelho militar burgueses*) teve como consequência a esterilização do movimento dos soldados.

Fazendo eco aos golpes vibrados no exército português, pelas massas angolanas sobretudo, a resistência dos soldados possibilitou um início de organização - as comissões de soldados -, fato que, aliás, o MFA tinha tentado prevenir mediante toda uma demagogia participacionista, quando ficou patente que não podia mais se opor a ele. A leviandade do imediatismo viu nesse movimento um pas-

so no caminho do desmantelamento do exército, e nas comissões, um órgão de poder. Embora seja verdade que essas comissões tenham, em certos casos, paralizado momentaneamente a hierarquia militar e impedido que fossem executadas ordens dirigidas contra o movimento operário - o que é um facto altamente positivo -, é um absurdo falar de "desmantelamento" do exército, principalmente quando o movimento dos soldados esteve sempre subordinado à hierarquia militar, através dos famigerados "oficiais de esquerda".

Condição indispensável de tal "desmantelamento" é a ruptura total e incondicional entre a tropa - os proletários fardados - e toda a oficialidade, de direita como de esquerda, ruptura sem a qual é impossível constituir a *única* força capaz de desmantelar o aparelho militar, destruindo precisamente a hierarquia militar: o proletariado revolucionário das fábricas e dos quartéis, organizado como partido de classe de modo totalmente independente do Estado burguês e *todas* as suas instituições. E essa força classista só poderá consumir essa destruição mediante a *insurreiçao armada*.

Ora, a submissão à oficialidade impedia a constituição dessa força e, por conseguinte, que o movimento dos soldados e suas organizações se colocassem num plano realmente revolucionário. Mais ainda, essa não ruptura paralizou a própria luta pelas reivindicações económicas e políticas de defesa das condições de vida dos soldados e contra o despotismo hierárquico militar, luta que constituía o verdadeiro conteúdo daquele movimento. Assim, por exemplo, os SUV, devido à sua orientação de unidade com os oficiais "revolucionários", deitaram fora sua carga de combatividade ao manterem-se nos marcos inconsequentes da luta pela simples mudança de certos oficiais, com o que condenaram a por-se a reboque do oportunismo.

AS lágrimas de amargura e decepção dos pára-quedistas de Tan-cos ficarão sendo para sempre o símbolo do carácter suicida - para o movimento revolucionário, como para o próprio movimento reivindicatório - da política de unidade com os oficiais, inclusive de esquerda, e um anátema contra os que teimam em preconizá-la. Que elas sirvam de lição aos militantes sinceros !

No que concerne ao proletariado fabril, essa política de unidade com as forças armadas não foi menos cheia de consequências negativas. A remodelação da fachada do Estado português empreendida pelos artífices do 25 de abril teve como contrapartida a eclosão de um impetuoso movimento operário reivindicatório que, aproveitando o espaço deixado livre enquanto a burguesia, através de seus procuradores fardados e agaloados, tratava de ajustar os parafusos da nova engrenagem de dominação e controle democráticos, procurou constituir organizações que correspondessem às exigências da sua luta.

Também nesse campo o PCP mostrou o que vale: tomando em suas mãos as rédeas do aparelho sindical herdado do salazarismo, aparelho que já penetrara há tempos (quem sabe se na previsão da eventualidade que ora se lhe apresentava...), tratou de manter o movimento operário dentro dos limites "responsáveis" compatíveis com os "superiores interesses nacionais", lançando-se para tal numa empreitada de aberta sabotagem do mesmo. Isso levou a classe operária a tender a organizar-se à margem da Intersindical, criando as tão comentadas comissões de trabalhadores. Foi, então, a vez do imediatismo de "extrema esquerda" mostrar sua incapacidade para dirigir o proletariado (para não dizermos o seu papel de útil complemento do oportunismo "de direita").

... e os "populares" e os "extremistas" (com exceção dos maoístas que, em nome do anti-"social-fascismo", apelavam o PS...), ansiosos por colherem os frutos da árvore da Revolução, que no entanto não querem saber de plantar e cultivar - que perda de tempo seria! -, os grupos de "extrema esquerda" aclamaram essas comissões, assim como as de soldados, como órgãos da revolução e do poder. Um poder que, ainda por cima, não era nem sequer de classe, como o marxismo ensina ser *todo* poder, mas "popular", isto é, *interclassista* - velha mentira e superstição do iluminismo burguês, retomada e exaltada, sob cores falsamente marxistas, pela democracia pequeno-burguesa de todos os continentes!

Ofuscados pela miragem do poder popular, desprezaram os objetivos e descuraram das condições elementares da "guerrilha cotidiana contra o capital", sem a qual "a classe operária priva-se da possibilidade de empreender movimentos de maior envergadura" (Marx), guerrilha para a qual aquelas organizações tinham nascido; e transformaram-nas em palcos em que a luta era substituída por duelos de virtuosismo oratório, e o árduo trabalho de sedimentação e concentração das forças proletárias a partir da luta por suas necessidades vitais imediatas, pela "frase revolucionária" tonitruante e triunfalista.

E não é tudo. Embriagados com o *bagajo* da unidade povo-forças armadas, entregaram essas organizações, sempre através da maldita esquerda do MFA, em particular do COPCON, ao controle do Estado burguês, sabotando assim já nem diremos o movimento revolucionário, que não existia, mas a própria luta de defesa do proletariado, que só pode ser levada a cabo eficazmente numa total independência em relação às instituições burguesas e aos partidos oportunistas.

Como consequência de tudo isso não só a revolução não deu um só passo além da "frase" irresponsável, mas, o que é pior, privada de órgãos de luta independentes, o proletariado caiu inerte nas mãos do oportunismo stalinista e social-democrata, especialista em esterilizar as energias de classe desviando-as para o plano infecundo das modificações ministeriais e de governo (a greve dos operários da construção é um claro exemplo disso).

O próprio desfecho da "farsa portuguesa" deixou patente - salvo para os falsos extremistas - que as divergências entre as alas opostas do MFA não eram, em absoluto, como se pretendeu, "a expressão de posições de classe antagônicas"; ao contrário, elas estavam ligadas principalmente ao modo de dar um desenlace à "tragédia africana": de fato, o pano caiu sobre a primeira passadas apenas duas semanas da independência de Angola.

Perdida a parada angolana, as forças da burguesia portuguesa, até então concentradas fundamentalmente na frente africana, poderiam agora ser empregadas na frente social interna. O espetáculo circense do poder popular, com que os Otelos e outros ilusionistas do MFA, coadjuvados pelos palhaços e malabaristas da "extrema esquerda", tinham distraído a atenção e as energias proletárias da luta classista independente, já poderia ceder lugar ao *ferro* das forças repressivas estatais recompostas do lado de fora do circo enquanto a platéia tinha os olhos fixos no picadeiro. A "frase revolucionária" tinha cumprido sua função paralizadora: ela já podia ser posta de reserva e ceder seu lugar à dura realidade de um capitalismo decrepito, sim, mais ainda firmíssimo em seus fundamentos, que a obsessão da unidade tinha preservado intactos da agitação

social.

Os imperativos da remodelação do capitalismo português falaram mais alto que as divergências quanto aos meios de realizá-la, e a barulhenta esquerda do MFA calou-se "responsavelmente" e submeteu-se sem protestos à perspectiva oposta, imposta pelo costume secular de servilismo para com os imperialismos mais poderosos, o europeu em primeiro lugar.

A capitulação da esquerda do MFA (Otelo silencioso ao lado de Costa Gomes que, naqueles dias de novembro, lia a célebre proclamação: retrato simbólico disso) não só mostra claramente os limites de seu jogo em relação à direita, como também - e sobretudo - confirma pela enésima vez que, no governo como na oposição, a esquerda é um complemento eficaz da direita na imposição dos imperativos antiproletários do Capital, de que são, ambas, servidoras devotadas.

Essa capitulação não significa, porém, o abandono definitivo do método de esquerda por parte da burguesia portuguesa, do mesmo modo que 25 de novembro não marcou o enterro do movimento operário que refluíu, sofreu uma derrota, sim, mas renascerá necessariamente para novas - e, esperamos, mais fecundas! - batalhas. Embora esse método tenha falido na tentativa de solucionar a crise portuguesa ligada à questão colonial, as contradições do capitalismo nacional e internacional poderão chamá-lo mais uma vez a um papel de primeiro plano (sabe lá se através das urnas...) precisamente para amortecer os choques sociais e de classe que explodirão dessas contradições.

Para que esse novo ciclo de agitação social não repita o ciclo de embriaguez da falsa revolução de 25 de abril levando a uma nova derrota proletária perfumada com os cravos da "fraternidade universal", o proletariado deverá fazer o balanço daquele ciclo. Esse balanço mostrar-lhe-á que o proletariado não pode se apoiar na esquerda burguesa, militar ou civil, na sua luta de emancipação, nem tampouco para defender-se ou derrotar a direita (ambas, em última instância, estão coligadas contra ele); mostrar-lhe-á que a unidade entre o proletariado das fábricas, dos campos e dos quartéis, por um lado, e a burguesia - por intermédio da oficialidade "revolucionária" e dos partidos do oportunismo - por outro, leva necessariamente a compactuar com seu Estado na opressão colonial, a paralizar e esvaziar o movimento classista dos operários e soldados, privando-o da possibilidade de empreender consequentemente até a própria defesa de suas condições de vida, trabalho e luta. Do que deverá concluir que romper essa unidade é uma condição indispensável para forjar o partido de classe que lhe possibilitará renascer para uma vida que não seja aquela vida efêmera e inebriante que só transcorre no plano ilusório da "frase revolucionária", mas em que se afirme como força classista capaz de lutar independentemente por seus objetivos próprios. não só no campo de suas necessidades vitais imediatas, como também; e principalmente, no campo decisivo da luta revolucionária final pelo poder e pela ditadura.

É a esse balanço que destinamos a presente brochura.

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Apresentação..... | I |
| A triste hora dos exércitos "progressistas"..... | 1 |
| Farsa portuguesa, tragédia africana..... | 4 |
| Depois da grande embriaguez da "segunda revolução"..... | 8 |
| Lisboa em ritmo de Luanda..... | 13 |
| Ferrum et circenses..... | 17 |
| O teste da questão colonial..... | 22 |
| A propósito do apoio às lutas antiimperialistas..... | 28 |
| Honra a Luanda e aos proletários da África negra ! | 32 |
| O mito do dualismo de poderes em Portugal..... | 35 |
| A miragem do poder popular..... | 44 |
| O fim da revolução da frase..... | 47 |

A TRISTE HORA DOS EXÉRCITOS "PROGRESSISTAS"

Não é por acaso que "soa a hora do exército" nos países em que mal está se delineando a passagem de modos de produção pré-burgueses ao modo de produção capitalista, mas em que, devido à pressão mundial do imperialismo, o "ritmo" dessa passagem não pode ser violentamente acelerado; ou nos países em que, embora tendo entrado há tempos no inferno da economia e da sociedade burguesas, arrastam atrás de si, como uma bola de chumbo, um passado de atraso econômico, de compromisso com a grande propriedade absenteísta, de inércia social e política. A acumulação primitiva, ensina Marx, é inseparável da violência, como inseparável da violência é a *ampliação* dessa acumulação nos países em que a revolução burguesa já se verificou mas em que sobrevive um ambiente econômico e social de atraso: E em tais países, na medida em que não existe, ou é demasiado fraca, uma burguesia com sólidas tradições de continuidade e iniciativa, o único depositário da *força* é o exército (aliás, a própria revolução inglesa teve que criar para si um aparelho próprio "de tipo novo" para romper os grilhões do passado feudal).

Tal como a natureza, o capital - que não é nem um pouco "natural" - tem horror do vazio; e é justamente um vazio, que a rotina modorrenta dos tempos normais apenas mascara, mas que salta aos olhos em tempo de crise, é justamente um vazio o que as forças armadas, como *força econômica e política*, procuram preencher. De Portugal ao Perú (para falarmos apenas de alguns exemplos recentíssimos), numa vasta área do planeta, apesar da diversidade das estruturas sociais e econômicas e do grau de desenvolvimento, não há modificação política, reflexo de profundas comoções econômicas, que, precisamente nesse ciclo mundial de crise, não tenha como protagonista o exército - o exército, entenda-se bem, considerado como estrutura estatal hierárquica, o exército criado e nutrido pela sociedade que pretende sacudir do torpor, pelas classes cujo peso relativo tem a pretensão de modificar, o exército dos generais, dos almirantes e dos coronéis do *ancien régime*, das classes dominantes.

Tampouco é um acaso o fato de, em toda parte, ele entrar em cena com uma roupagem "socialista", obviamente "nacional" e "específica". Embora num plano inferior, é o mesmo fenômeno segundo o qual a exigência de centralização implacável e de controle brutal de toda força centrífuga, exigência essa inseparável do imperialismo (e do seu produto quimicamente mais puro, o fascismo), junta-se a exigência de um reformismo providencial e assistencial, o anticlassismo esposa a "socialidade" e, desta maneira, aparenta ser estranho a uma determinada classe ou, até mesmo, superar as classes na unidade da nação. Só por essa via a força organizada pode ao mesmo tempo *mobilizar e disciplinar* as massas proletárias e camponesas canalizando a revolta em ato ou potencial das mesmas em direção a uma "nova ordem" em que a

função propulsora do Estado na economia possa fazer-se passar por "marcha rumo ao socialismo", cujo advento é anunciado pelas fanfarras dos regimentos, às vezes de volta da repressão de movimentos coloniais ou de classe, mas sempre aclamados pelo oportunismo social-democrático e stalinista.

São essas causas *objetivas* que explicam o porquê da dupla face da "era dos exércitos": por um lado, a *realidade* da ordem imposta como condição de progresso, no sentido da implantação do modo de produção capitalista ou do seu completamento; por outro, as *aparências popularescas* e até mesmo *plebéias* do seu instrumento, o exército. E não só isso, como também o fato, tão paradoxal aos olhos dos cronistas burgueses, de que cada novo golpe militar contra um regime militar já constituído (um exemplo recentíssimo é o do Peru) se apresenta, por sua vez, com cores "social-nacionais", repete os *slogans* antiimperialistas do seu predecessor e, muitas vezes, embora sendo "de direita", acusa esse último de não ter ido *suficientemente*, ou de maneira não conforme às promessas originais, "à esquerda".

Tão fazedores de estardalhaço quanto ineficazes como propulsores econômicos e sociais *radicais* (basta pensar na triste sina das suas "reformas agrárias"), tão retóricos quanto grotescos como elaboradores de programas e "ideólogos do movimento" (lemos que, no Peru, os neogolpistas estão "revendo o marxismo"; em Portugal, o MFA o "revê" cada dia que passa...), esses "exércitos da revolução na ponta das baionetas" só mostram uma incomparável eficácia em *reabsorver e neutralizar* os impulsos populares e proletários e, quando isso não é o bastante, em *reprimi-los*.

A "hora do exército", nas condições próprias do imperialismo em escala mundial, não é nada mais do que a *hora do capital na sua forma putrefaciente*. É típico do daltonismo de pretensos ultraesquerdistas o fato de tomá-la pela *hora do socialismo* ou, mesmo, apenas da antecâmara desse, e porem-se em ordem atrás da *fanfarras* para depois virem a perceber - *sempre tarde demais* - que o que ela tocava era a marcha fúnebre antecipada ao "movimento de massas".

* * *

Quer isso dizer que, para os marxistas, o exército é, em bloco e em toda e qualquer circunstância, uma entidade "indiferente"? É claro que não, contanto que se compreenda *em que sentido e dentro de que limites* "o problema das forças armadas" é um problema (e, em determinadas circunstâncias, um problema crucial) da estratégia revolucionária.

"O exército proporciona, em geral, uma imagem da sociedade de que está a serviço", escreve Trotsky na *História da revolução russa*, "e se caracteriza por exprimir as relações sociais de forma condensada, levando ao extremo os traços positivos e negativos das mesmas" (op. cit., parte I, capítulo "O exército e a guerra"). É nessa dupla luz, uma luz dialeticamente contraditória, que o marxismo considera o exército; isto é, ele denuncia a sua *função histórica*, que só pode ser uma, a de servir a classe no poder, e reconhece a sua *composição orgânica*, em que se refletem e se repercutem, justamente "de forma condensada", os antagonismos inseparáveis da *sociedade de classe* de que é chamado a ser o baluarte. *Bloco único* hierarquicamente organizado

para a defesa da ordem constituída, ou do seu processo de constituição (e, portanto, com a boca dos fuzis apontada para as massas proletárias e semiproletárias), o exército, segundo o marxismo, deve ser *despedaçado*, despedaçando-se seus componentes sociais. Isto é, devem ser *destruídos* os liames funcionalmente conformistas que mantêm seus componentes unidos e que fazem do seu componente proletário o *repressor* e o *algoz* da própria classe. Sô assim pode ser concebida, de um ponto de vista marxista, a "conquista do exército" que não pode ser nada mais que a sua *desagregação*.

Não é, portanto, o "exército" que interessa aos revolucionários marxistas, mas, ao contrário, *os proletários que são forçados a envergar o uniforme militar* e que, na alternância das situações sociais, atuam ou podem atuar alternadamente ora *contra* seus irmãos de classe a paisana, ora *contra* a máquina lançada contra seus irmãos. A entidade "exército" é uma *terrível realidade* do ponto de vista burguês e uma *abstração fatal* do ponto de vista antiburguês. Em escassa medida na Paris de 1871, em altíssimo grau na Petrogrado de 1917, essa abstração e essa realidade foram, ambas, por água abaixo: não houve Comuna nem, com maior razão, Outubro que tenham visto o "exército" - generais, almirantes e coronéis à sua frente - "fazer a revolução", como não houve nem pode haver que não tenham visto soldados e marinheiros *desertarem* do exército e da marinha, *destruindo a organização dos mesmos*, e virem alinhar-se ao lado do antiestado e do antiexército - a classe revolucionária -, invertendo a direção dos fuzis e dos canhões, e que não tenham visto, ao mesmo tempo, alguns *raríssimos* filhos da classe dominante desertá-la, preciosos precisamente porque *trânsfugas*.

Exatamente como o povo, de cuja composição social heterogênea é o espelho, o exército é uma categoria (mas uma categoria armada !) do *arsenal ideológico burguês*. Ele plantava as "árvores da liberdade" na Paris de 1848, distribuía cravos na Lisboa de 1974. Era a sagração da "*fraternidade*", da união entre as classes, da concórdia nacional, ingredientes indispensáveis de uma revolução, ou *suplemento* de revolução, *burguesa*. Por isso mesmo era um engano fatal, prelúdio do junho "maldito" de 1848. Aqueles que, sob o pretexto de ultra-revolucionarismo, deixam-se ou deixaram-se embalar por esse engano preparam ou prepararam, pouco importa se inconscientemente, a mais atroz das derrotas: a que se consuma com a *desmoralização* (ainda antes de consumir-se o massacre físico) das massas proletárias.

Não é de impotência para destruir o exército, *desagregando-o* (outra face, num contexto histórico diferente, do derrotismo revolucionário) que devem ser acusados: pode ser uma questão de relação de forças. Mas é de impotência para compreender que a revolução começa a partir daí, e só a partir daí, e que a *condição indispensável* para levá-la a cabo é preparar-se, e preparar os proletários, *desde o início* para despedaçar a falsa unidade entre "exército" e massas trabalhadoras, para construir, *sobre as ruínas desta*, a única unidade de que a revolução necessita para vencer toda resistência: a *unidade entre proletários a paisana e proletários fardados contra a frente burguesa entrincheirada na sua cidadela, o Estado de classe*.

Se assim não for, o perfume de cravos transformar-se-á necessariamente em catunga de Soares ou em fedentina de Pinochet, ambas envoltas em incenso.

(Il Programma Comunista, nº17, 11/9/75

Le Proletaire, nº 203, 20/9-3/10/75)

FARSA PORTUGUESA, TRAGÉDIA AFRICANA

Um sexto da superfície da França; uns 8 milhões de habitantes; uma população ativa de 3 milhões de pessoas; 2 milhões de operários que emigraram para não morrerem de fome; uma agricultura favorecida pelas ótimas condições naturais, mas atrasada devido à falta de equipamento; uma indústria raquítica e concentrada essencialmente em Lisboa; uma economia nas mãos de 3 grandes grupos financeiros; uma renda média que oscila em torno de 800 dólares anuais por habitante (a mais baixa da Europa, menos da metade da renda média na Espanha, o que já diz tudo!); um aumento dos preços que atingiu 21% em 1973: eis, em poucas palavras, o Portugal que acaba de sair de 48 anos de ditadura. Uma ditadura bitolada, mais conservadora e corporativa que propriamente fascista no sentido estrito do conceito, que, por um lado, não possuía aquele quê de "empresarialismo" dos tecnocratas espanhóis e que, por outro lado, não conheceu a tenaz e incansável resistência operária clandestina que, apesar da tremenda sangria da guerra civil, nunca cessou de perturbar o sono de Franco.

Mas, por detrás dessa Gata Borracheira da Europa "civilizada" que a ultrademocrática e superindustrializada Inglaterra (ironia da história!) sempre considerou como sua protegida, há um imenso império colonial, o único que subsistiu depois dos acontecimentos do segundo pós-guerra: a enorme Angola, com seus 1,25 milhões de km² e 6 milhões de habitantes, dos quais no máximo 400 mil são portugueses; o vasto Moçambique, com 780 mil km² e 7 milhões de habitantes, dos quais apenas 100 mil são portugueses; a pequena Guiné-Bissau, com 36 mil km² e 600 mil habitantes; mais algumas ilhas e territórios menores. Um império dotado de imensas riquezas agrícolas (café, cacau, algodão, cana-de-açúcar, amendoim) e minerais (fosfatos, cobre, zinco, urânio, bauxita, níquel, diamante, ouro), em que prosperam grandes companhias multinacionais e em que, por um salário de fome os nativos, tratados como bestas de carga, são sugados até a última gota de seu sangue e de seu suor. Em poucas palavras, um paraíso para os capitalistas de meio mundo e para a "alta sociedade" que se bronzeia ao sol dessas benditas plagas, um inferno para as plebes exploradas e miseráveis.

Que aconteceu no dia 25 de abril, que veio perturbar os doces sonhos dos lusitanos e encher de entusiasmo uma democracia internacional reduzida, em sua impotência senil, a confiar as pálidas flamas de seu renascimento a generais e coronéis (de preferência, ex-franquistas, ex-nazistas e ex-massacradores de infelizes negros) tocados repentinamente pela graça divina no caminho de Lisboa, como outrora no de...Compostela? Não foi, como pretendem em sua gritaria demagógica os partidos da oposição, que reapareceram à luz do dia por decreto da junta militar, não foi um movimento interno de renovação, ainda que timidamente de-

mocrático. A grande pedra no caminho do salazarismo, que o fez finalmente cair, foi a indomável guerrilha desencadeada a partir de 1959-61 primeiro na Guiné-Bissau, depois em Angola e em Moçambique, por todos aqueles que, sem pretender construir o socialismo, lutam (e não com palavras !) pela almejada independência nacional. Uma guerrilha que o exército metropolitano de 400 mil homens (quase 1/20 da população portuguesa, contando com mulheres, velhos e crianças), que se alternam em tropas de 150 mil nos territórios coloniais, um exército que absorve 50% do orçamento do Estado e que traz marcada em sua frente a "vergonha suprema" de 100 mil desertores, não tinha conseguido e não consegue domar, nem mesmo com bombas de napalm e massacres no melhor estilo colonial anglo-franco-belga da "belle époque". Uma guerrilha que não só ameaçava esgotar completamente a metrópole, como também provocar a perda do império, seja graças aos formidáveis golpes dos insurretos, seja através da ávida intervenção de rodesianos, sul-africanos e brasileiros (e viva a fraternidade luso-brasileira !), agindo por conta própria ou de terceiros (adivinhem de quem !).

Era preciso tentar salvar o que podia ser salvo, antes que fosse tarde demais. Não foi sem nostalgias degaullistas de primeiro tipo, mas cuidando em não cair na "descolonização à De Gaulle" (*Le Figaro*, 23/4/74), que o ex-massacrador Spínola e seus colegas lançaram o plano de uma União portuguesa "multi-racial" e federal, em que os massacrados conviveriam em doce harmonia com seus algozes seculares, em que as caixas-fortes de Lisboa se encheriam novamente de escudos "limpos" e em que a "missão cristã e civilizadora" dos descendentes de Camões tornasse a velar com suas brancas asas sobre territórios tão distantes entre si como as costas do Atlântico Sul e o Oceano Índico, territórios cujos habitantes, apesar de terem a "infelicidade" de serem de pele negra, têm, porém, o incomparável privilégio de falar português. O preço a ser pago para virar a saca e passar do estilo colonial puro ao estilo neocolonial era a volta da pátria-mãe lusitana ao constitucionalismo liberal-democrático.

É esse o significado do 25 de abril português, desse dia em que o "regime" desaparece ao toque da varinha de condão de Spínola, as prisões se abrem, as insígnias à lapela desaparecem, as pessoas abraçam-se nas ruas (a burocracia permanece em seus postos, mudando apenas o retrato oficial nas repartições); em que gritam-se os lemas fatídicos de "a guerra continua !" e "abaixo os extremistas, que fazem o jogo da reação !" e em que todos os partidos, dos liberais aos socialistas, dos conservadores aos comunistas - a Igreja abençoando a todos do alto dos céus ou, antes, do baixo de suas férteis terras -, precipitam-se em colocar-se à disposição dos puríssimos heróis de um exército que tornou-se novamente sensato em nome da civilização, dos direitos do homem, das reformas e de uma eventual...via lusitana ao socialismo.

Reivindicando, sem sombra de hesitação, o direito e a honra de colaborarem com o ex-voluntário franquista Spínola, os partidos que se dizem "representantes do proletariado" foram ouvidos: seus ministros foram admitidos no seio de um verdadeiro governo de salvação nacional, que sabe manifestamente utilizar as aptidões dos mesmos, já que o ministério do trabalho foi confiado a um "comunista" (sábia medida, pois, como nos faz saber *Le Monde* de 18/5/74, o PCP esforça-se em moderar as reivindicações operárias que irrompem por toda parte). Esses pretensos "socialistas"

e "comunistas" precipitam-se num governo cujo programa é o do "movimento das forças armadas", do qual os civis sô conhecem as declarações de Spínola. E fazem-no justamente no momento em que esse último explica que, em relação às colônias, poder-se-ã falar no máximo de autodeterminação (no âmbito, é claro, da União multi-racial e federal) quando as populações subjugadas tiverem adquirido "uma preparação suficiente" (ver *Le Figaro* de 30/4/74) que hoje não possuem e que a "civilização" superior da metrópole deverá ter a suprema bondade de proporcionar-lhes; no momento em que Spínola e seu vice Costa Gomes pedem aos guerrilheiros da FRELIMO, do MPLA e do PAIGC (que já constituiu, na Guiné, uma república "volante") para "saiem a céu aberto e deporem as armas incondicionalmente, caso contrário a guerra será intensificada" (*Corriere della Sera*, 12/5/74), já que, para os eminentíssimos generais de Lisboa, a "solução política", como eles dizem, do angustiante problema colonial consiste em que os "rebeldes" devem autodesarmar-se frente à "autoridade legítima", armada, ela, até os dentes; no momento em que a Junta clama contra os "extremistas irresponsáveis" no continente, no que todos, em coro, lhe dão razão.

Assim, Mário Soares exprime ter "toda confiança no exército" (*Le Figaro*, 3/5/74), preparando-se evidentemente para reencarnar Allende e o socialismo na ponta das baionetas de um exército reconvertido. Assim, Cunhal e seu partido saudam "calorosamente as forças armadas, desejando que seja realizada a mais sólida unidade das forças democráticas, a aliança das forças populares e militares contra o aventureirismo de esquerda" que pode abrir facilmente o caminho à repressão e "frear o processo de união entre o povo e as forças armadas" (*L'Humanité*, 29/4/74). Não satisfeitos com isso, exortam, num ignóbil apelo, os desertores a apresentarem-se "imediatamente a seus quartéis", já que "o afluxo de quase 200 mil jovens que recusaram-se a participar das guerras coloniais (que entrementes continuam !) fortaleceria a possibilidade de renovação democrática e a vigilância das forças armadas (!!) contra toda tentativa de desforra fascista", já que os militares "representam uma corrente revolucionária democrática" e a aliança com eles - como repetia a três por dois o falecido Allende - "é a chave da vitória definitiva" (entrevista concedida ao *Unità* de 3/5/74) !

E o que é que esses "socialistas" e esses "comunistas", para não falarmos de seus colegas da "esquerda católica", oferecem aos povos coloniais ? Algo de diferente do que oferece Spínola, quem sabe ? Que nada ! O que lhes propõem é um "debate em torno desse problema crucial da vida nacional" e a abertura de "negociações imediatas" em vista, sim, da "independência completa" mas no terreno democrático do "diálogo", da diplomacia, do abraço fraterno; em poucas palavras, mais uma vez do autodesarmamento dos rebeldes (entrevista de Cunhal ao *Humanité* de 29/4/74) ! Não é por nada que Mário Soares declarou considerar os "comunistas" como um "partido de portugueses (ou seja, de patriotas) como nós", dignos de figurar numa "ampla frente popular, que englobe também liberais e católicos" para "combater as forças econômicas ainda poderosas" (*L'Humanité*, 3/5/74). E tudo isso com a bênção dos bispos, também tocados pela graça divina e reunidos em Fátima para exortar os fiéis "e todos os outros portugueses de boa vontade" a darem prova de sua virtude cívica apoiando a Junta.

Que importa aos "representantes dos trabalhadores" que Spínola, presidente da República e chefe do exército que se demo-

cratizou, tenha-se comprometido solenemente a respeitar as ligações internacionais do "velho" Portugal e, em particular, a não sair da OTAN ? Numa época em que Kissinger e Gromiko intercambiam seus papéis na peça da "pacificação" do Oriente Médio, uma pedra "comunista" até que fica bem na coroa dos neocolonialistas de monóculo, "heróis lúcidos de um exército cansado de sacrifícios inúteis", na expressão do jornal da grande burguesia francesa, *Le Figaro* de 26/4/74, os quais só anseiam por uma coisa: dobrar, com o ramo de oliveira das "negociações de paz", aqueles que os canhões e o napalm não tinham conseguido dobrar !

Até agora (meados de maio de 1974), os movimentos armados de libertação nacional responderam que não querem saber de candidas pombas da paz, nem de ramos de oliveira: resposta digna de um passado feito não de negociações pacíficas, mas de lutas sem quartel. Para esses movimentos também a *guerra continua* (e nós os saudamos com entusiasmo). Se porventura vierem a ceder, seguindo o exemplo de equívocos movimentos coloniais moderados, como o GUMO de Moçambique, que se apressou a propor a Lisboa "o diálogo no seio das instituições legais criadas pela Junta" (*Le Monde*, 4/5/74), ou sob a pressão reacionária da Rodésia e da África do Sul, ou ainda por seu isolamento trágico ter esgotado suas forças levando-os a sentarem-se à mesa de negociações, verdadeira armadilha para eles, caminho esse que o PAIGC parece tomar; se isso acontecer, a culpa será dos que, fazendo-se torpemente passar por socialistas ou até por comunistas, só têm olhos para a pátria e para a democracia, e que, em nome dessas divindades burguesas, estão prontos a porem-se a serviço do primeiro Spínola que aparecer, convencidos de que este será tão fiel à "liberdade reencontrada" como ontem tinha sido a Salazar.

Quando Carlos Altamirano, o líder socialista chileno escapado dos massacres que tiveram por cena seu país, declarou que os teóricos e os "práticos" da via pacífica ao socialismo *nunca mais* cometeriam o erro de depositar sua confiança no exército - as armas alheias -, em vez de empunhar armas suas, nós lhe respondemos: são "erros que vocês sempre farão", justamente porque não se trata de uma escolha pessoal, mas porque os caminhos, uma vez tomados, agem como inexoráveis determinações *objetivas e materiais*. Se Portugal continuar a seguir o mesmo caminho que hoje segue - a Junta à frente, os socialistas, comunistas, católicos e "progressistas" atrás -, não é difícil prever uma espécie de allendismo bendito por um exército pronto para sacar, se preciso for, de um seu Pinochet nacional e, enquanto isso, a ir massacrando os africanos com democráticoíssima metralha. O que viria a ser o enésimo troféu conquistado pelas vias nacionais, democráticas e pacíficas ao socialismo...

(*Il Programma Comunista*, nº 10, 18/5/74
Le Proletaire, nº 173, 20/5 - 2/6/74)

DEPOIS DA GRANDE EMBRIAGUEZ DA "SEGUNDA REVOLUÇÃO"

Ao contrário das revoluções burguesas do século XVIII, escrevia Marx evocando o ciclo histórico que tinha levado de fevereiro de 1848 a dezembro de 1851, "as revoluções proletárias autocriticam-se constantemente; interrompem a cada instante seu curso; retornam ao que aparentemente já fora realizado para recommençá-lo desde o início; escarnecem impiedosamente das hesitações, fraquezas e misérias de suas primeiras tentativas; parecem derrubar seu adversário só para permitir-lhe recobrar novas forças e tornar a levantar-se ainda mais gigantesco frente a elas; recuam constantemente diante da ilimitada imensidão de seus próprios objetivos, até que se cria finalmente a situação em que é impossível toda e qualquer volta atrás e em que as próprias circunstâncias clamam: *hic Rhodus, hic salta!*", passe aos atos! (Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*).

Menos ainda que as "revoluções burguesas do século XVIII", as falsas revoluções não se autocriticam, nem poderiam fazê-lo, mesmo que o quisessem. Em sua "vida efêmera", elas consomem os míseros "fogos de artifício" que parecem iluminá-las num primeiro tempo. O "êxtase", que é seu "estado de espírito quotidiano", não dá lugar a um frio balanço dos "resultados do seu período de febre e tempestade". E elas continuam a queimar até exaurir-se, deixando apenas punhados de cinza ao longo de seu caminho. Seus fantasmas, sejam eles homens ou programas, não se corporificam, vagando cada vez mais imateriais nos céus da "fraternidade universal". Sua cantiga não só é sempre a mesma, como repete sem parar o refrão inicial. Seu horizonte parece alargar-se, quando, na realidade, se restringe inexoravelmente. Seu adversário pode "tornar a levantar-se ainda mais gigantesco frente a elas", sem que seus protagonistas tirem um só ensinamento dessa reaparição. Não só não vêem que "é impossível toda e qualquer volta atrás", como voltam atrás, *vangloriando-se disso*. Não só não ouvem a voz das circunstâncias, que exigem o "salto", como, se acaso a escutassem, só deduziriam disso que não vem absolutamente ao caso "passar aos atos".

A "revolução de 25 de abril" em Portugal pertence a esse tipo de falsas revoluções. Não é como aquelas "revoluções burguesas do século XVIII" que "precipitam-se rapidamente de acontecimento em acontecimento", mas sim uma destas "revoluções" do século XX, que passam como uma ventania num capinzal, cujas folhas erguem-se intactas depois da sua passagem. Dirigida pelo exército (não um exército conquistado em sua base pelo povo, como nas revoluções burguesas dignas desse nome, e menos ainda pelo proletariado, como nas revoluções não mais, ou só pela metade, burguesas; mas um exército tão "magnânimo" em seus escalões altos e intermediários que chega até a estender o ramo de oliveira da "fraternidade" às camadas populares e aos proletários),

essa falsa revolução foi saudada de todos os púlpitos por industriais e padres, pios intelectuais radicais e proprietários rurais "responsáveis". "Ordem!", gritava Spínola; "união!", faziam eco os representantes autoeleitos de todas as camadas sociais, enquanto que em todas as igrejas o Órgão entoava o Te Deum. Traduzido em termos sociais, tudo isso significava "reivindicações salariais responsáveis", greves suspensas antes mesmo de terem sido deflagradas, luta contra os extremistas, "que fazem o jogo da reação". Traduzido em termos políticos, significava confraternização entre as classes, assim como entre os partidos que encarnam as classes.

A história prova que quando o povo ou, com maior razão, o proletariado temem "fazer o jogo da reação", inclui o fazer modestíssimas reivindicações, a "reação" levanta logo a cabeça. O 25 de abril lusitano foi seguido, no espaço de cinco meses, pelo 28 de setembro: a ordem, a união, a confraternização, que deveriam ter excluído "toda e qualquer volta atrás" no próprio terreno burguês, só vieram *precipitá-la*. Mas é inútil pretender que uma falsa revolução possa autocriticar-se. O apelo do novo presidente Costa Gomes ao povo português é, como o de seu predecessor na primavera, um apelo "ao trabalho, à ordem e à união". O que o Movimento das Forças Armadas, tanto em seus escalões superiores quanto em suas camadas intermediárias, chama de "segunda revolução portuguesa" pouco mais é que uma bem dirigida operação policial, orquestrada por "capitães" e generais e generosamente secundada por operários e camponeses. A Confederação da Indústria oferece-lhe seu precioso apoio contra "tentativas de retorno ao passado" e para a instauração de uma "sociedade livre e pluralista que garanta a iniciativa privada e, com essa, o progresso social e econômico".

É a mesma "democracia pluralista" que o novo presidente auctura em seu discurso de posse; a mesma que o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, chefe do terceiro governo provisório da república portuguesa democratizada, invocava, numa entrevista concedida a *Le Monde* quinze dias antes do 28 de setembro e publicada a 19 de outubro, ao proclamar que o programa do Movimento das Forças Armadas "não comporta reformas de fundo nem transformações substanciais no sistema econômico e social em que vivemos" e ao fixar como objetivo máximo da atividade governamental "a defesa dos interesses das classes trabalhadoras" (mas quem não está de acordo com esse objetivo, hoje em dia?) e "o aumento *progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses*" (sem aceleração do... progresso nem mesmo uma falsa revolução se aguenta!). É a mesma "democracia pluralista" que o secretário do PCP, e ministro desde o 25 de abril, Álvaro Cunhal, preconiza hoje, como ontem, ao anunciar na entrevista a *L'Unità* de 6/10/74 o prosseguimento de uma "política de *unidade das forças democráticas entre comunistas, socialistas e católicos, e de aliança com o Movimento das Forças Armadas*", não como um "fato conjuntural", mas como um fato destinado a prolongar-se "depois das eleições para construir um Portugal democrático, pacífico e verdadeiramente independente", em que "todos os portugueses que aspiram a viver em liberdade" (e será que os "reacionários" também não aspiram a viver em liberdade?) "deverão ter a possibilidade de *exprimir as suas opiniões e organizar-se como bem entenderem*" (e que iriam desejar de melhor os "reacionários"?). É, enfim, a mesma "democracia pluralista" em cujo nome o governo provisório tem sufocado, desde 25 de abril, toda manifestação de revolta dos proletários e das camadas populares que exigem, por

exemplo, a independência *imediate* de Angola e Moçambique (1), abrindo caminho, assim, ao "extremismo de direita" dos grandes industriais e dos proprietários rurais antediluvianos.

Se os acontecimentos portugueses tinham-se aberto sob o signo da embriaguez, seu segundo turno se abre sob o signo da embriaguez levada aos limites do delírio. As "medidas de firmeza" (contra a "extrema esquerda", naturalmente, isto é, contra os operários que se rebelam *de uma forma ou de outra* contra o jugo do capital) serão a sua contrapartida quotidiana.

* * *

Exilado em Paris alguns meses depois dos acontecimentos de junho de 1848, Engels recorda, em dezembro, com a morte na alma, "a fugaz embriaguez da lua-de-mel republicana, em março e abril, quando os operários, esses loucos cheios de esperança, punham, com a maior despreocupação, 'três meses de miséria à disposição da república'; quando alimentavam-se durante o dia de pão seco e batatas e, à noite, plantavam árvores da liberdade pelas avenidas, soltavam foguetes e entoavam a Marselhesa; quando os burgueses, trancados em casa durante o dia, tentavam aplacar a cólera popular com fogos de artifício multicores" (Engels, *Von Paris nach Bern*, in MEW, t. 5, pgs 463-480).

Em outubro de 1974, em Portugal, os proletários e as camadas populares, cheios de ódio, certamente não têm para comer nada mais que "pão seco e batatas". Mas, como acontece sempre que as revoluções são só aparentes e que acham-se ausentes da cena histórica não só o partido de classe - que a contra-revolução destruiu, substituindo-o por uma versão piorada dos partidos progressistas burgueses -, mas até mesmo aquelas "idéias de Blanqui", que Marx via irromper como memória sedimentada, embora confusa, nas explosões de cólera dos operários parisienses, os burgueses não têm necessidade de trancar-se em casa, indo, pelo contrário, pois não são nada bobos, alinhar-se com sua Confederação, cheios de entusiasmo, entre os que apoiam o governo dos militares. Os "fogos de artifício multicores" dos dias de embriaguez iluminam os céus de Lisboa 24 horas por dia, enquanto, pelas ruas, os operários plantam figuradamente as árvores da liberdade, símbolos da "revolução dos cravos", da "revolução da simpatia universal", em que as contradições de classe só "chegaram ao nível da frase, ao nível da palavra", e que é, exatamente por isso, até mesmo como pretensa revolução burguesa, incuravelmente mentirosa.

Assim, como farsa, mas como farsa trágica, a história se repete. Não houve ofertas de "três meses de miséria à república", mas, para começar, a doação de "um domingo de trabalho voluntário" ao "regime da fraternidade" saído das pobres cinzas da pávida chama reacionária, doação essa que foi prontamente abençoada pela Igreja, que "dispensou solenemente os fiéis da obrigação moral de respeitar o 'dia do Senhor' e autorisou-os a prestar seu concurso a esse domingo diferente dos outros", como escreve o

(1) "As medidas de firmeza tomadas contra certos grupos de esquerda" - já dissera Vasco Gonçalves a *Le Monde*, quinze dias antes - "visavam a defender o processo de descolonização em curso e a consolidar as conquistas democráticas que se tornaram patrimônio do povo português desde 25 de abril".

jornal do PC francês, *L'Humanité*, de 5/10/74. E esse domingo é sacrificado - escreve com orgulho o jornal do PC italiano, *L'Unità*, de 7/10/74 - "alegremente", num "incomparável entusiasmo" que limpa as ruas e as fachadas de Lisboa e, segundo o jornal da burguesia milanese *Il Corriere della Sera*, "propicia à economia nacional o equivalente a trinta bilhões de liras" (o jornalista do *Corriere della Sera* parece suspirar: "que pena que não aconteça uma coisa dessas na Itália também !"). Nessa versão atualizada da "embriaguez da lua-de-mel republicana" de 126 anos atrás, a doação realista de um dia de trabalho grátis à pátria democrática "de último tipo" substitui as milhares de árvores (improdutivas !) da liberdade. É, fora de dúvida, um "progresso acelerado"...

A embriaguez vai continuar ? Não. Embora adormecidos, os antagonismos sociais continuam a fermentar detrás da fachada ilusória da fraternidade entre as classes. E é por isso que a "revolução de 25 de abril" tem que manter cada vez mais viva a chama da "simpatia universal". Os burgueses "iluminados" da Europa encaram com confiança um exército que tem ao mesmo tempo a força e o prestígio popular que lhe permitem garantir, ao menos de imediato, "trabalho, ordem e unidade", e que tem, também, o raro privilégio de poder "apreciar (...) a verdadeira função dos comunistas no ocidente e a força *ordeira* que eles representam diante do extremismo", como escreve *Le Monde* de 3/10/74.

Mas, do mesmo modo que a fumaça de fevereiro de 1848 escondia os rios de sangue proletário que viriam a correr em junho, do mesmo modo que os dias de embriaguez da república espanhola em 1931-32 traziam em seu seio os primeiros massacres de operários e camponeses, efetuados em nome da fraternidade entre as classes, reencontrada sob o signo da democracia, assim, hoje, à sombra dos domingos de "trabalho voluntário", cuja bandeira é a de "ordem e união", preparam-se as "medidas de firmeza" contra os trabalhadores que ousarem insurgir-se. Na ausência do partido de classe, as forças proletárias cheias de cólera que se agitam no subsolo social português não podem hoje, como não podiam a 28 de setembro, fazer a revolução nem "autocriticar-se". A "perspectiva" que se abre diante delas é a de mais uma frente popular, ou melhor, *nacional*, da qual se faz porta-voz um partido que se diz comunista e que, ao contrário do partido espanhol em 1931, nem sequer sente a necessidade de cobrir seu oportunismo visceral com a folha de parreira da "passagem, por hipertrofia, da revolução democrática, à revolução socialista", pois revolução e ditadura proletárias desapareceram até mesmo da sua *retórica*: sua linguagem de negócios só conhece *legalidade* e *democracia*. No caso em que não bastarem as palavras mágicas de "liberdade, igualdade, fraternidade", recitadas pelo exército "revolucionário", estão de reserva, na sombra, os oficiais superiores das forças armadas (como, na Espanha de outrora, os oficiais superiores e inferiores do "Tercio"), já que, no ocidente, o regime democrático só pode passar, "por hipertrofia", ao regime fascista.

Será a própria história, à qual Cunhal só pode confiar o desenvolvimento pacífico de uma democracia de "tipo novo", quem trará novamente à cena portuguesa e mundial o "fio vermelho" da revolução proletária, do mesmo modo que da embriaguez e catástrofe do 1848 francês saiu o grito de guerra da "revolução permanente", da "ditadura de classe do proletariado como ponto de transição necessário para chegar à supressão das diferenças de

classe em geral, para a supressão de todas as relações de produção sobre as quais elas repousam, para a supressão de todas as relações sociais correspondentes a essas relações de produção, para a subversão de todas as idéias que emanam dessas relações sociais" (Marx, *As lutas de classe na França*, cap. III)! Já é tempo de ser rompido o círculo vicioso infernal de uma "fraternidade" republicana que se desdobra em metralha bonapartista ou fascista ! Já é mais que tempo de a ilusão da "simpatia universal" ser substituída pela consciência do antagonismo *inconciliável* entre as classes ! Mas essa consciência, e a ação a ela correspondente, são inseparáveis da presença atuante do partido revolucionário marxista.

É nesse sentido que devemos trabalhar, senão, uma vez mais, a república tricolor tingir-se-á "de uma só cor, a cor dos proletários assassinados, a cor do sangue". E de um sangue derramado generosamente, mas em vão.

(*Il Programma Comunista*, nº 19, 15/10/74
Le Proletaire, nº 182, 21/10 - 3/11/74)

LISBOA EM RITMO DE LUANDA

Foram as massas deserdadas de Luanda que inflingiram, em fevereiro de 1961, o primeiro golpe profundo ao Estado Novo, e continua sendo a sucessão dos atos da tragédia africana que marca o ritmo do desenrolar da farsa portuguesa.

Uma população equivalente a dois terços da população da metrópole, sendo 700 mil os brancos (ou seja, mais de um habitante por dez); riquezas agrícolas que permitiram a Portugal o gozo de dias felizes; e, principalmente, tesouros em minérios e petróleo cuja magnitude mal se conhece mas que já provocam a cobiça dos abutres e das hienas imperialistas; só isso já é o bastante para compreender porque o capitalismo português, embora reorientado em direção da Europa, faz os maiores esforços para conservar as "estreitas relações de cooperação" com Angola, essa pérola do império português que tem, naturalmente, um lugar à parte no "processo de descolonização".

De abril a setembro de 1974 era o general Spínola que cuidava, por exigência expressa sua, do "caso angolano". E enquanto que o acordo para reconhecer a independência da Guiné e de Moçambique foi feito bastante rapidamente, já para Angola foi uma outra história. Aliás, o revolucionaríssimo e maoistíssimo líder da UNITA não havia afirmado, prasenteiro, que "o povo de Angola não está preparado para a independência" (*Le Monde*, 7/7/74) ? Imaginamos perfeitamente tenha sido ele o primeiro a responder ao famigerado apelo do general Costa Gomes - "primeiro, depor as armas; depois, negociar..." -, conquistando de quebra a simpatia e o apoio dos colonos brancos.

Por outro lado, as relações com os países europeus (a Alemanha em primeiro lugar), por intermédio de Mário Soares, os encontros de Spínola com Nixon, bem como seus contatos com Mobutu, eram as premissas indispensáveis para o reconhecimento da FNLA, a qual, até mesmo segundo o jornal conservador *Le Figaro* (28/3/75), "nada teria salvado do esquecimento no plano militar ou político em Angola, se o Zaire e seus aliados ocidentais não a tivessem apoiado artificialmente a fim de impô-la, no momento oportuno, como único interlocutor válido dos portugueses".

A contrapartida dessa política consistia em marginalizar das negociações o MPLA, esse "diabo vermelho", esse "agente de Moscou". Na realidade, o MPLA, que existe há 20 anos, é um desses partidos anticolonialistas que influenciam as massas miseráveis na medida em que reclamam a independência política e em que sustentam essa reivindicação com a luta armada. Mas o fato de que ele se tenha desenvolvido no momento do refluxo da vaga da independência africana e de que o movimento social e a guerrilha tenham tomado corpo após as atrocidades cometidas pelo imperialismo nos Camarões e

no Congo tornou-o temeroso no momento da ação. É digno de nota o fato de que a revolta de 1961, em que as massas dos muceques de Luanda atacaram a mão desarmada a prisão a fim de libertar os militantes nacionalistas presos, inúmeros deles pertencentes ao MPLA, deu-se de maneira puramente espontânea, de tal modo que os dirigentes do partido, que tinham pensado poder protelar o momento da luta direta, assistiram impotentes à revolta e à sua tremenda repressão. Desde então podemos dizer que o MPLA não realizou nenhuma ação de envergadura sem que a isso fosse obrigado pelas massas.

O sufocante ambiente internacional, a ausência de um vigoroso movimento proletário na metrópole e a traição do stalinismo, a que se soma o desenvolvimento insuficiente dos antagonismos de classe em Angola, permitiram, portanto, que os elementos mais moderados tomassem de um modo que poderíamos dizer natural a direção do movimento. Partido hesitante, o MPLA deveria vir necessariamente a tornar-se o partido das camadas hesitantes, as camadas intermediárias, o partido dos mestiços e *assimilados*, camadas que, não obstante sua verborragia socializante, têm um horizonte limitado por um democratismo, um legalismo e um "progressismo" cujas armadilhas elas são totalmente incapazes de evitar. Por isso mesmo, pressionado por seus "amigos políticos" em cujos braços a ausência de uma luta proletária contribuiu a fazê-lo cair - os países do Leste ou os Estados africanos pretensamente "progressistas", bem como a democracia e o oportunismo internacionais -, o MPLA não foi capaz de e não pôde recusar-se a firmar, já em 1972, um acordo com a FNLA, acordo esse que teve como único efeito a revalorização dessa última. É por isso também que seus dirigentes deixam-se ofuscar pela miragem de um Portugal democrático e de uma cooperação com este. Aliás, os militares portugueses já souberam tirar partido de todas essas ilusões...

Assim, se o almirante Rosa Coutinho criticou abertamente desde meados de 1974 as "intervenções do Zaire em Angola" e lamentou a marginalização do MPLA, não o fez por simpatia para com este, nem muito menos para com as massas dos muceques: o medo de ver Angola passar para o controle das potências ocidentais sem utilizar os préstimos de Portugal já seria o bastante para explicar tal atitude. Mas, acima de tudo isso, certos setores do MFA têm consciência de que somente o MPLA é capaz de conter a revolta endêmica das massas proletarizadas, contanto que seja possível apanhá-lo na arapuca dos compromissos, à qual sua própria natureza atrai.

Com efeito, foi preciso reagir às demonstrações populares de maio de 1974, às rebeliões de julho e agosto, às greves incessantes, principalmente nos portos. Para tanto, o Alto Comissariado tomou as medidas mais enérgicas contra os "agitadores extremistas" e lançou mão da repressão e da intimidação permanentes nos bairros africanos. Mas era claro que isso não bastava, e que uma outra política, mais hábil, era impossível enquanto o "caso angolano" estivesse nas mãos de Spínola.

Assim, ao menos por essas duas razões, a comédia burlesca das lutas de 28 de setembro em Lisboa encobria o drama das lutas reais de Luanda.

Eliminado o general de monóculo, os três movimentos africanos sentaram-se à mesa de negociações, e o MFA realizou a mesma política levada a cabo em Lisboa: fortalecer seu poder e o aparelho de Estado e, ao mesmo tempo, tentar impor o acordo aos representantes das diferentes forças, objetivo esse que foi alcançado, pe-

lo menos no papel, em Mombaça e, depois, em Alvor (antes de impor aos partidos portugueses seu programa para as eleições), com a constituição do "governo de transição", cuja função seria a de preparar a proclamação da independência e as eleições de novembro. É mais do que claro que esse governo é puramente formal, pois não tem nem ministério da Defesa nem dos Negócios Estrangeiros (é fácil compreender porque !). Portugal só retirará suas tropas dez meses depois da independência, se tudo correr bem, e, até lá, terá mais soldados em Angola que todos os três movimentos juntos. Por sua vez, a FNLA conseguiu desembaraçar-se do Alto Comissário Rosa Coutinho, considerado excessivamente de esquerda (!) e obter o único ministério importante, o do Interior, enquanto que o MPLA tem pastas meramente decorativas. Em todo caso, o objetivo perseguido por Portugal é alcançado, e o MFA consegue fazer-se considerar pela UNITA (nem era preciso precisar...), mas também pelo MPLA como um árbitro da situação, a tal ponto que esses partidos virão a pedir que as autoridades portuguesas "renunciem à sua passividade" !

Mas nos muceques de Luanda essa política não é bem recebida. Desde novembro, sublevações populares tentam opor-se à instalação de uma delegação da UNITA na capital. "As tropas da FNLA ajudam os portugueses a restabelecer a ordem. Esses acontecimentos contribuíram, sem dúvida, para aproximar os pontos de vista da FNLA e da UNITA, as quais assinaram, no dia 25 de novembro, em Kinshasa, um acordo 'tendo em vista afrontar toda e qualquer eventualidade extremista de qualquer tipo'", lê-se em *Afrique Contemporaine* de janeiro/fevereiro de 1975.

Enquanto que a participação do MPLA no "governo de transição" paralisa a ação das massas populares, os outros dois partidos realizam violenta campanha contra sua palavra de ordem de "poder popular" sob o pretexto de luta contra a "ditadura" e o "comunismo ateu". Acima de tudo, não hesitam em intimidar, com a ajuda do exército português, as populações dos muceques. No fim de março, os mercenários da FNLA (adestrados no Zaire com dinheiro americano e instrutores chineses) assassinam 50 jovens do MPLA, provocando os choques sangrentos da semana santa e, em seguida, os do começo de maio, que fizeram mais de mil mortos. E enquanto novos atritos faziam centenas de mortos em junho, os líderes do MPLA afirmavam desejar ainda respeitar os acordos de Alvor e reiteravam os termos do mesmo em Nakuru, considerando que os "três movimentos estão fadados a entenderem-se" (*Le Monde*, 26-27/7/1975).

É inegável que foi a fermentação popular que provocou o êxodo maciço dos brancos de Angola e que fez ir por água abaixo o projeto de "sociedade multi-racial", comum tanto a Spínola quanto aos capitães de hoje, projeto esse que deveria assegurar a Portugal as melhores garantias para manter em suas mãos as rédeas da situação. Foram também as massas populares e o jovem proletariado que obrigaram o MPLA a realizar finalmente a recente ofensiva (julho de 1975) contra a FNLA e a varrer da capital esses mercenários odiados pelas massas.

Mas se, ao que parece, as autoridades portuguesas não se opõem abertamente à ação do MPLA (como poderiam fazê-lo sem se arriscar a desacreditar-se ?), revestindo-se assim de um halo de "neutralidade", no entanto estabelecem um dispositivo para impedir que as massas se ponham em movimento e que a greve geral se transforme em sublevação. Os soldados portugueses não cessam de patrulhar as ruas e os arredores dos muceques e, "de acordo com as ins-

truções recebidas, abrem fogo contra todo civil armado" (*Le Figeiro*, 15/7/75).

Mais uma vez, por detrás dos acontecimentos de Lisboa, em que os partidos brigam entre si mas com a esperança de se reconciliarem a todo instante (como quer que seja, todos eles estão de acordo no que concerne aos sacrifícios a serem impostos e pedidos à classe operária), e em que as batalhas são simplesmente contendas de opinião e combates teatrais, delinea-se a tragédia de Luanda, em que o acordo entre os partidos é rompido pelo choque das armas.

Com efeito, como poderia o MFA manter, em Lisboa, a harmonia entre o Portugal de Otelo e de Cunhal - o Portugal do chauvinismo - e o Portugal euro-americano de Spínola e Soares no momento em que esses dois irmãos siameses são brutalmente separados em Luanda pela intervenção cirúrgica do movimento de independência? Como poderia a CEE conceder (e a preço de uma humilhante concessão do nacionalismo impotente dos capitães!) a ajuda tão reclamada por Lisboa no momento em que os militares mostram-se incapazes de impedir que seu melhor trunfo seja desperdiçado em Luanda?

Por outro lado, a crise aberta no coração da África ainda não terminou. Será que novos arranjos na mesma base de hoje serão possíveis? Ou será que assistiremos à secessão de Cabinda e das províncias de Zaire e Uige, controladas pela FNLA? E será que as massas dos muceques vão deixar que sejam contidos indefinidamente seu ódio e suas exigências anticolonialistas numa luta que, graças aos grilhões com que os militares portugueses conseguiram acorrentar o MPLA, é mantida nos limites do respeito para com as autoridades da ex-metrópole? Enquanto isso, o MFA envia suas tropas de elite e reforça sua presença militar, coisa que Melo Antunes chama de "neutralidade" e que virá certamente a acentuar as tensões sociais, tanto em Lisboa como em Luanda.

Foram as massas de Luanda e dos outros centros das colônias que provocaram no salazarismo as fissuras que permitiram que os proletários dos centros metropolitanos se pusessem em movimento. E, enquanto a demagogia socializante consegue, hoje, tapar essas brechas, uma nova marretada vibrada pelas massas de Luanda vem abri-las novamente, como que para tornar a dar um pouco de liberdade de movimento ao proletariado. Mas para que este último deixe de caminhar dormindo, para que ele possa alargar as brechas abertas, é preciso fazer frente à propaganda e à ação esterilizantes do oportunismo social-imperialista e social-chauvinista.

Infelizmente, na metrópole, *nenhum partido* faz isso de modo consequente: os maoístas deram todo crédito às promessas de descolonização do MFA e estão ofuscados por sua demagogia nacionalista; os trotskistas buscam no oportunismo um "trampolim" para a luta proletária, precisamente no momento em que os próprios fatos provam ser ele, seja no governo, seja na oposição, o melhor baluarte da opressão capitalista e imperialista.

Para que aos golpes de aríete das massas proletarizadas das colônias faça eco a luta de classe do proletariado da metrópole contra o inimigo comum e para que as massas oprimidas das colônias intervenham na luta de modo independente e por sua própria conta, para tudo isso é necessária a luta pelo partido proletário.

(*Le Proletaire*, nº 201, 25/7 - 15/9/75
Il Programma Comunista, nº 15, 25/7/75)

O nascimento em meio aos militares de carreira do movimento que se encontra na origem do MFA correspondia à preocupação central de preservar a unidade de um exército violentamente abalado pelo choque da guerra colonial, pelos efeitos perniciosos para seu moral do apelo a numerosos oficiais "milicianos" permeáveis à agitação social e pelas deserções e insubmissões maciças na tropa.

É fácil compreender que esse objetivo implicava, na prática, o respeito da hierarquia militar; por isso mesmo os jovens capitães tomaram oficiais do estado-maior para seus líderes. Mas conservar a unidade do exército significa, também, preservar os *interesses fundamentais* das classes dominantes (em particular, das classes mais tradicionais), de quem a hierarquia militar é sempre filha e servidora, apesar da inevitável efervescência que a situação social provoca em seus escalões mais baixos; e, por outro lado, implica seja mantido o *status quo* das influências internacionais no país, membro da OTAN e que precisou de uma séria ajuda dos Estados Unidos para travar a guerra colonial.

Na situação de decomposição avançada do salazarismo, situação em que a burguesia deparava-se com dificílimos problemas de reconversão do império colonial e de reorientação da economia em direção da Europa, e diante do risco de desordens que o movimento anticolonialista e a reconversão do capitalismo português poderiam vir a provocar, urgia um poder forte. E quem mais, fora o exército, era capaz de assegurá-lo, principalmente um exército cuja unidade fosse garantida não obstante todas as comoções da "sociedade civil"? É nisso que reside a convergência objetiva, a *convivência* (antes de tornar-se aliança aberta) entre os capitães e a burguesia portuguesa e internacional, e é por isso que o 25 de abril foi apenas uma simples "transmissão de poder".

As coisas estavam maduras para a eliminação do salazarismo sem modificar o status quo. Os capitães tinham os indícios seguros disso no "caso Spínola", bem como na tentativa de golpe fracassada que precedeu o 25 de abril. O que levou os capitães a tomar a iniciativa foi a atitude das tropas nas colônias (certos regimentos chegavam até a fazer *diretamente* acordos com os movimentos de libertação); foram as lutas operárias, cuja curva, ascendente a partir de 68-70, se acelerava bruscamente; foi, de modo mais geral, o medo de que o "povo pegue em armas" (declaração do capitão Maia em maio de 1974), de que "o poder vá às ruas" (declaração de Otelo de Carvalho em abril de 74). É esse o segundo princípio, dialeticamente ligado ao primeiro, que vai determinar a atitude do MFA.

É claro que o status quo, subscrito por todas as forças nacionais (inclusive o oportunismo) e internacionais só poderia ser mantido se não fosse subvertido por nenhum fator "externo", tais

como o desenvolvimento da luta das classes exploradas, o movimento de independência nas colônias e a relação de forças interimperialista, fatores esses que se condicionam mutuamente.

Deve ser dito que a política do MFA conseguiu impedir, até o presente momento, que o descontentamento operário e a agitação reivindicatória, bem como a oposição à guerra colonial e, inclusive, o derrotismo da tropa, se transformassem numa luta aberta contra o Estado. Graças ao laçao PCPista, que elevou a princípio o respeito da "unidade povo-forças armadas" e que jogou com a perspectiva do fim da guerra colonial para concitar os operários à austeridade e à disciplina, condenando as greves como "provocações reacionárias", graças a ele as reações da classe operária foram, no essencial, controladas.

Em todas as peripécias e crises da vida política portuguesa de um ano e meio para cá, as forças reais atuam nos bastidores. A habilidade dos encenadores consistiu em manter - graças à imprensa e à propaganda do MFA e à cumplicidade ativa do oportunismo, inclusive do oportunismo "de esquerda" - os refletores fixados no palco em que essas mesmas forças vão declamar os discursos preparados fora dali e em que as massas são chamadas a entoar em coro odes aos heróis do dia, enquanto que, na vida real, elas são chamadas mas é a "ficarem em casa"...

Otelo Saraiya de Carvalho ficará sendo, para sempre, o símbolo dessa revolução farsesca. Ele, que, na realidade, não cessou de procurar a coesão do corpo de oficiais e de temperar o *ferro* do exército longe da influência das massas, mas que, na cena do teatro, lança apelos bombásticos à revolução e à participação dessas mesmas massas.

Talvez seja um fenômeno em parte inevitável o de que, na embriaguez da queda de um regime odiado, o público, com o gosto deformado por quarenta anos de salazarismo e pela sede de democracia, venha a considerar um dramaturgozinho qualquer como um novo Camões. E o fato de que os adeptos do vanguardismo, fazendo pouco caso das regras da boa crítica, aplaudam a Shakespeare representado pelo regimento de Amadora e tomem por obra dramática o direito de subir ao palco concedido à platéia, dá uma demonstração cabal da inconsistência dos mesmos e da profundidade do seu analfabetismo. E, apesar dos pesares, o que acaba de fazer a "extrema esquerda" portuguesa, menina dos olhos da "extrema esquerda" internacional, ao correr em socorro do MFA e do governo Vasco Gonçalves (os maoístas foram os únicos que não embarcaram na canoa da "frente unitária popular"; mas fizeram-no só para pular na galera de Mário Soares e Melo Antunes, pretextando perigo social-fascista!).

Com que fim fizeram-no? Para obterem o engana-vista de uma "assembléia popular nacional" apoiada nas "comissões de trabalhadores e de moradores". Mas fingem não ver que, embora tenham podido inicialmente canalizar reações antioportunistas locais, essas comissões não conseguiram elevar-se ao plano da luta geral contra o Estado, quando não caíram no participacionismo. Além disso, calam o fato de que tudo o que pudesse vir a resultar dessa assembléia popular, assim como da assembléia constituinte fantasma, não poderia, nas condições presentes, sair dos marcos do programa do MFA. Em poucas palavras, escondem deliberadamente o fato de que, devido ao jogo do MFA e do oportunismo, bem como à incapacidade da "extrema esquerda", tais comissões tornaram-se um mero elemento decorativo do teatro de Lisboa.

Que vergonha, para aqueles partidos que se dizem pela revolução proletária e pelo internacionalismo, que vergonha apoiar um governo é um movimento que não só estão ligados à hierarquia militar - isto é, ao principal baluarte da sociedade que pretendem abater -, como, ainda por cima, demonstraram abertamente, durante mais de um ano, seu caráter conservador através de medidas antio-perárias e do prosseguimento da guerra colonial !

Que triste eficácia, em contrapartida, a do *circo* do MFA e do oportunismo, apoiado pelo *ferro* que ainda não precisaram usar, a não ser em alguns casos significativos, como em Setúbal, mas que está pronto para ser utilizado contra o proletariado se este vier a deixar o palco teatral para atuar no teatro da vida, em que, por intermédio do partido, seus interesses imediatos e históricos, locais e internacionais, podem ser ligados !

* * *

O meloso Mário de 74 (que se tornou o amargo Soares de hoje em dia) e seu jogo de cena nas colônias conseguiram preservar ao máximo os interesses de todas as forças desejosas da conservação da ordem na Guiné e em Cabo Verde, bem como em Moçambique. Mas as manobras dessa política criaram, em Angola, diante de um poderoso movimento popular, uma situação inextricável em que reina a maior confusão e em que todas as forças imperialistas são obrigadas a jogar cada uma sua própria cartada.

Foi o desenvolvimento da situação em Angola que levou à eliminação de Spínola. (A palavra "eliminação" é forte demais, pois o MFA pediu-lhe para ficar, mas Spínola preferiu ficar com as mãos livres, ficar de reserva, para o caso em que...). Foi a agravação dessa situação, o fim da perspectiva de uma Angola "multi-racial", que levou setores inteiros da burguesia a fazerem suas reservas em relação ao MFA. Esses acontecimentos brutais pesaram, sem dúvida alguma, muitíssimo na decisão do MFA de proceder finalmente às nacionalizações. Podemos mesmo avançar a hipótese de que era esta uma das únicas maneiras de preservar algo de sério nas colônias, onde os grupos financeiros tinham suas raízes.

Face à situação confusa em Angola e ao desenvolvimento da crise portuguesa, a Europa começou, então, a partir de março de 1975, sua chantagem econômica, enquanto que os Estados Unidos lançaram mão de sua influência no exército, bem como da chantagem nos Açores (a maior parte dos habitantes da ilha vive nos Estados Unidos e no Canadá) e em Angola, ao ficar patente que o MFA era incapaz de impedir, por intermédio do MPLA, que a delimitação das zonas de influência imperialistas na África fosse posta em questão. No entanto, o MFA e o governo não mediram esforços para fazer com que as potências européias e os Estados Unidos compreendessem "a complexidade do processo português", para convencer da sua boa fé aqueles que sonham com um Portugal não alinhado mas "cumpridor dos acordos firmados" e respeitador da ordem estabelecida.

É claro como água que se o MFA e o oportunismo tiveram que tomar medidas que atingiam os interesses das classes dominantes (ou melhor, de certas camadas dominantes e não, obviamente, os do *capital*) e das potências "protetoras" de Portugal, fizeram-no sempre muito a contragosto. E enquanto que, paralelamente a isso, tomaram todas as disposições jurídicas e políticas para amordaçar a classe operária, para pô-la a trabalhar e obrigá-la a aceitar os sacrifícios "impostos" pela crise internacional conjugada com a

reconversão e modernização do capitalismo português, não tocaram, porém, em nenhuma das forças devotadas a seus inimigos encarniçados: não tocaram nem na Igreja, nem na grande propriedade, apesar da grotesca farsa da "dinamização cultural", nem - que dúvida ! - na instituição militar. (A PIDE era odiada demais e um símbolo demasiado significativo do salazarismo para que não fosse reformada).

* * *

Hoje, os apelos à "restauração da disciplina e da autoridade" fazem-se cada vez mais insistentes no exército. A grande, média e pequena burguesia, presas da crise, não se contentam mais com a esterilização do movimento operário: a agitação permanente deve cessar ! Aos camponeses desiludidos com as promessas dos militares, descontentes com a falta de uma reforma agrária capaz de compensar a perda do império colonial; às classes médias atingidas pela crise; em suma, às "forças do amor" reunidas em torno da Igreja, a burguesia começa a apontar como culpado de tudo o "projeto revolucionário" de "uma parte do proletariado da região de Lisboa e do Alentejo". Enquanto isso, o "grupo dos nove", que contesta as estruturas e a representatividade dos órgãos do MFA, vai organizando suas forças nacionais, ao mesmo tempo que lança um apelo à Europa, com a cobertura da hierarquia militar.

Se os oficiais do COPCON, por um lado, e a Assembléia do MFA, por outro, não conseguiram até agora porem-se de acordo com Melo Antunes, não foi porque não tivessem tentado, mas principalmente porque esse último insiste em manter suas condições. E ainda hoje (agosto de 75), enquanto o PC considera "a unidade das forças armadas" como condição para a obtenção da harmonia, todo o mundo discute com todo o mundo: o "comunista" Cunhal discute com o "social-democrata" Soares; o "revolucionário" Vasco Gonçalves discute com o "reacionário" Costa Gomes; o "radical" Otelo de Carvalho, com o "moderado" Melo Antunes. Nesse contexto, a aproximação entre o COPCON e o PC, bem como a "frente unitária popular" do PC e dos grupos "de extrema esquerda", parecem ser muito mais um novo efeito de teatro parlamentar destinado a pressionar o MFA e conseguir um compromisso mais favorável com Melo Antunes e seu aliado Mário Soares (este último tem sempre a necessidade de ser o laçao de alguém, como a social-democracia exige e a Alemanha recomenda !) do que uma força realmente capaz de opor-se à hierarquia militar, caso continuasse a tendência a reagrupar forças em torno dessa última, através da etapa transitória do "grupo dos nove".

Que valor teria, então, diante do princípio da "unidade das forças armadas", o sonho de um "imperialismo popular", comum a Cunhal, Vasco e Otelo ? (Desse sonho, aliás, a "extrema esquerda" nunca se demarcou verdadeiramente, não obstante a diferença das suas apreciações a respeito do papel das forças armadas. E é essa ausência de demarcação que constitui a base objetiva de todas as armadilhas, como a última - a da frente -, em que caiu maciçamente). Que seria desse sonho diante das intimações de Kissinger para restaurar a ordem, intimações essas que Moscou, conforme quer o "espírito de Helsinqui", não pode deixar de aceitar ?

Em todo caso, quer o MFA acabe por desembaraçar-se do laçao stalinista, sacrificando-o às "forças do amor", e por aceitar o restabelecimento da ordem no seio das forças armadas - o que prejudicaria o seu envio para fora da cena, para o depósito dos acessórios teatrais -, quer uma parte de suas forças, em aliança com o oportunismo, se oponha a esse "endurecimento", os golpes que vi-

rão serão dirigidos contra a classe operária de Portugal e as massas populares de Angola.

Por culpa do oportunismo, a classe operária foi posta nas condições mais desfavoráveis para aparar esses golpes. Seria ilusório acreditar que o embarque da "extrema esquerda" no trem do "socialismo fardado" poderia desviá-los. Paradoxalmente, o máximo que isso poderia acarretar seria uma passagem mais suave à direita, pois esse embarque paralizaria completamente toda iniciativa operária.

Se, por infelicidade, a farsa portuguesa viesse a se tornar uma nova tragédia proletária, seria inútil vir a inculpar por isso a reação ou o MFA, que não teria sabido respeitar seus compromissos. O oportunismo teria uma responsabilidade esmagadora, tanto o oportunismo stalinista, como o oportunismo de esquerda.

Dos acontecimentos dramáticos que se desenrolam em Lisboa se eleva a exigência de um partido de classe que se coloque resolutamente num terreno antioportunista e antichauvinista.

(*Le Prolétaire*, nº 202, 6-19/9/75)

O TESTE DA QUESTÃO COLONIAL

I

Um dos princípios fundamentais do comunismo revolucionário é o da unidade e solidariedade dos proletários de todos os países acima das fronteiras nacionais. Nas nações que, de um modo ou de outro, oprimem outros povos e nações, esse princípio deve traduzir-se necessariamente na luta dos comunistas contra a opressão exercida pela "sua" burguesia, postulando, num combate aberto e sem reservas contra "seu" Estado opressor, o direito à autodeterminação, a liberdade de separação política, a independência para as colônias e nações que ele oprime. Sem isso não há, nem pode haver, internacionalismo proletário.

A defesa desse princípio não decorre de modo algum de imperativos éticos ou morais, mas sim do fato que a menor hesitação sobre esse ponto torna o proletariado *objetivamente cúmplice* da opressão de "seu" Estado, o que provoca inevitavelmente a desconfiança do proletariado da outra nação, enfraquece a solidariedade internacional de classe dos operários, desune-os, beneficiando assim a burguesia.

A experiência histórica prova que essa solidariedade com a "sua" burguesia nacional na opressão colonial não só rompe a frente internacional de classe do proletariado, ou constitui um obstáculo à sua formação, como, além disso, leva necessariamente ao fortalecimento do Estado opressor contra o próprio proletariado metropolitano e proporciona a base mais sólida para a dominação da "sua" burguesia, na medida em que, mediante tal solidariedade, o proletariado interdiz a si próprio a via da luta frontal, sem reservas, contra "seu" Estado, única via para a sua emancipação.

Ciente disso, a burguesia das metrópoles imperialistas e colonialistas sempre procurou obter essa cumplicidade corrompendo, com esse fim, uma camada mais ou menos ampla da classe operária metropolitana com as miçalgas da pilhagem colonial - a chamada "aristocracia operária", sólido esteio da dominação burguesa no seio do próprio movimento operário -, ao mesmo tempo que fomenta, por mil e um meios (a imprensa, a igreja, a literatura, etc), todo preconceito que suscita e atiza o antagonismo entre os proletários da metrópole e seus irmãos das colônias, como é o caso do racismo, do sentimento de superioridade do metropolitano para com o nativo da colônia, etc, os quais são cuidadosamente cultivados pela classe dominante. E por essa razão que a luta contra a opressão colonial exercida pelo "seu" Estado é, para o proletariado, como afirmava Marx, "a condição primeira da sua própria emancipação social" (Carta a Meyer e Vogt, 9/4/1870).

Esse quadro típico das grandes metrópoles imperialistas (a

Inglaterra de fins do século passado dele proporcionou o exemplo clássico) é igualmente encontrado - numa escala e com tonalidades diferentes, é verdade - em Portugal, muito mais metrópole colonialista do estilo da velha fase mercantil do capitalismo do que metrópole imperialista do tipo das que caracterizam a "fase suprema do capitalismo". Podemos constatar igualmente em Portugal o mesmo fenômeno de corrupção de uma ampla camada da população trabalhadora, *principalmente* da pequena burguesia urbana e rural, muito mais que do proletariado, classe por demais exígua aqui, ao contrário do que acontece nas grandes metrópoles imperialistas. E a essa corrupção, já presente na época do salazarismo, veio acrescentar-se depois da "revolução dos cravos" um outro fator de enorme peso, que atua como tremenda força paralizadora sobre o movimento operário: a fábula segundo a qual as forças armadas, arrependendo-se de seus pecados colonialistas ao terceiro cantar do despenado galo lusitano na madrugada de 25 de abril, ter-se-iam tornado a ponta de lança da libertação e da independência das colônias. De fato, seguindo nisso as pegadas do mais infame "messianismo branco", o MFA pretende que a presença das tropas portuguesas nas colônias não significa mais opressão e servidão (o salazarismo está morto !) mas, ao contrário, é o garante do processo que conduzirá à independência das mesmas; as forças armadas portuguesas teriam, doravante, como único objetivo a defesa totalmente desinteressada da integridade política das colônias, impedindo que as grandes potências imperialistas venham subjugar esses povos, até que eles sejam elevados, graças à obra civilizadora dos portugueses (evidentemente superiores a estes negros incultos e bárbaros !), à altura de tomar as rédeas de seu destino em suas próprias mãos.

E do lado do movimento operário nenhuma voz se eleva, viril e decidida, para opor-se a essa infame mistificação e educar o proletariado num espírito decididamente antichauvinista, antiimperialista, em poucas palavras, *internacionalista* ! Nenhum movimento que reivindica o marxismo e o proletariado faz de modo consequente a denúncia aberta, nítida, sem nenhuma reserva nem hesitação, do papel atual das forças armadas e do Estado portugueses na questão colonial. E não desmascarar, calar o fato de que esse papel não é o de garantir a independência desses países, mas sim o de preservar a dominação portuguesa sobre as massas africanas sob a forma imperialista moderna, em lugar do colonialismo "de modelo antigo", equivale a tornar-se objetivamente *cúmplice* do Estado português, significa cair no social-chauvinismo, no social-imperialismo.

O fato de que o PS e o PC nadem nessas águas fétidas é comprovado pela sua atitude de caução sem reservas à chamada "descolonização". O primeiro participou diretamente dessa, sendo até seu primeiro preconizador, na pessoa de seu líder; o segundo não só caucionou-a através da participação no mesmo gabinete ministerial que empreendeu-a, mas inclusive inscreveu essa caução em seu programa (vide a Parte II, ponto III, do mesmo, que ostenta o sugestivo título de "prosseguimento da descolonização"), onde se consagra o princípio - afirmado em primeiro lugar por...Spínola - da permanência das tropas portuguesas na África enquanto elas forem "indispensáveis à descolonização e à paz".

Mas a "extrema esquerda" tampouco foi poupada pelo vírus do chauvinismo. Infelizmente não podemos, por escassez de espaço, analisar a posição de todos os grupos portugueses; limitar-nos-emos por isso a ver como se comportam perante o teste da questão colo-

nial duas correntes que têm uma dimensão internacional: o maoísmo e o trotskismo.

Comecemos pelo primeiro. Basta apenas mencionar o PCP(m-1), que não teme definir "o trabalho desenvolvido pelo MFA em Moçambique", isto é, a aplicação dos ditames neocolonialistas de Lisboa aos rebeldes abandonados pelos revolucionários da Metrôpole, como um "exemplo de solidariedade internacionalista de um país do Segundo Mundo para com um país irmão do Terceiro Mundo" (*Unidade Popular*, nº 44, 7/7/75, pg 5). Estranha solidariedade esta, que não é mais entre proletários - e, mesmo, numa determinada fase, entre estes e o movimento *armado* de emancipação nacional -, mas sim entre países, um dos quais, ainda por cima, oprime o outro! Como se vê, o PCP(m-1) não tem escrúpulos em fazer-se arauto do imperialismo português.

Seu primo, o MRPP, é muito mais interessante. Ele reclamou, desde há muito, o regresso imediato das tropas das colônias e apoiou publicamente manifestações contra o embarque de soldados e contra a guerra colonial. Essa sua atitude corajosa atraiu a si muitos elementos combativos e, por outro lado, fê-lo ser alvo de perseguições por parte do Estado.

Mas o MRPP põe a perder essa oposição prática à guerra colonial ao ligá-la à busca de objetivos não só falsos mas pura e simplesmente reacionários, como o da "independência nacional", o que, num país imperialista como Portugal, implica necessariamente tomar o partido de seu Estado imperialista em suas disputas bandidescas com os outros imperialismos e trair a luta de emancipação proletária.

O MRPP não chega, como seu primo, ao ponto de defender "a política externa preconizada por Melo Antunes e pelo PCP(m-1)" (sic, *Seara Vermelha*, nº 4, julho de 1975), isto é, a política de integração de Portugal na Europa "contra as superpotências". Mas ele fala, numa entrevista de um membro de seu Comitê Central publicada num opúsculo em francês, de um grupo de oficiais capazes de defender uma política "independente", contanto que aceitem "a direção da classe operária. Se não, continuarão a ser o que são: joguetes, marionetes (...). Vide a situação de Melo Antunes, um representante significativo dessa corrente, o qual, depois de 11 de março, pos-se completamente de joelhos (...), apagou-se completamente na vida política de Portugal com um posto de ministro dos negócios estrangeiros mas sem influência no processo político", etc. Fixar os olhos dos proletários num grupo de oficiais de carreira pretendendo que tal grupo poderia ajudá-los é uma verdadeira infâmia, uma infâmia pior ainda quando, como no caso, esses oficiais têm-se mostrado sempre serem partidários de um império colonial modernizado e baseado num sistema de Estados "independentes" à cabeça dos quais seriam içados os partidos mais moderados (para não dizer pior!).

Que confiança podem ter as massas coloniais (de Angola, por exemplo) na sinceridade do internacionalismo do MRPP quando este afirma que o "inimigo principal do proletariado português" é, não o Estado português mas o "imperialismo" (entenda-se: as "superpotências" e, em particular, a URSS) e quando apresenta como uma "importante vitória do povo angolano no caminho da independência" (*Luta Popular*, nº 46, 13/2/75) os acordos de Alvor que, precisamente, deixavam o poder nas mãos do exército colonial português!

O que separa o MRPP do PCP(m-1) não é, pois, uma diferença de princípio mas, por assim dizer, de maturidade, uma maior maleabilidade, que ainda lhe permitem canalizar as reações operárias para transportá-las para um terreno em que o proletariado cai necessariamente na armadilha da colaboração com seu inimigo. Os princípios desse movimento levã-lo-ão mais cedo ou mais tarde, a despeito de sua verborragia pseudo-revolucionária, a apoiar abertamente o Estado português, e ele deverá, então, renunciar necessariamente às atitudes que lhe dão hoje uma auréola de mártir da luta contra o MFA. A história nunca apresentou um caso que possa contradizer essa nossa previsão.

II

Examinaremos, agora, a posição da Liga Comunista Internacionalista (organização simpatizante da IV Internacional) perante a política colonial do Estado português. Faremos isso não tanto pelo peso - bastante reduzido - dessa organização no âmbito da extrema esquerda portuguesa, mas principalmente para ver, através de suas posições, quanto valem as posições da corrente internacional a que está ligada, mesmo não sendo essas totalmente homogêneas.

Lembrando mais uma vez que, no que concerne à questão colonial, a pedra angular do movimento proletário no país opressor é a atitude em relação a seu próprio Estado, vejamos que lugar o Estado português ocupa na visão que a LCI tem do famigerado "processo de descolonização".

Podemos ler no nº 6 de *Luta Proletária* (28/11/74) que os acordos de Lusaka são "o resultado de vários anos de luta armada dirigida pela FRELIMO" e "nessa medida, uma vitória dos trabalhadores moçambicanos". Eis aqui um belo exemplo da ambiguidade da LCI. Pois embora a independência de Moçambique seja um fato altamente positivo, os acordos de Lusaka não podem ser assim considerados. Fazê-lo seria como que, guardando as devidas proporções, apresentar ontem a paz de Brest-Litovsk como uma vitória bolchevique e o "resultado" da luta contra a guerra imperialista, esquecendo-se, assim, das enormes concessões que o jovem Estado proletário teve que fazer ao imperialismo alemão. E não basta dizer que a burguesia portuguesa "conseguiu, numa certa medida, impor... uma certa (?!) defesa de seus interesses", como acrescenta *Luta Proletária*, pois o importante para a educação internacionalista da classe operária em Portugal é mostrar como por detrás da cortina de fumaça do "processo de descolonização" a burguesia portuguesa, graças às suas manobras e mentiras, de que foram vítimas tanto os proletários portugueses quanto as massas africanas, pôde tirar o melhor proveito de seus reveses, pôde conservar privilégios substanciais em Moçambique, pôde favorecer o acesso à direção do movimento de independência dos elementos mais moderados, elementos que, uma vez obtida a independência política, se mostrariam propensos a realizar uma verdadeira aliança com ela; pôde, enfim e principalmente, dissociar os movimentos das diferentes colônias a fim de por todo seu peso na balança angolana, onde seus interesses são muito maiores. Assim, os acordos de Lusaka não são o simples resultado da luta armada, mas sim o resultado de uma complexa combinação de fatores nacionais e internacionais de que ela, a luta armada na África, evidentemente faz parte, como também o faz o "processo de descolonização" do imperialismo português, sua capacidade de manobra devida ao relativo isolamento da luta de inde-

pendência, ao peso do oportunismo sobre o proletariado metropolitano, ao apoio que seus tutores imperialistas lhe proporcionam na rede intrincada e contraditória das vassalagens e rivalidades imperialistas, etc.

Nessas condições, assimilar e reduzir esses acordos unicamente ao resultado da luta armada significa subestimar a responsabilidade do Estado português e, *dialeticamente*, a responsabilidade do proletariado português, ou seja, significa por-se em paz com a sua consciência em vez de preparar uma luta que está longe de ter terminado.

Pior ainda. A identificação do "processo de descolonização" com a luta dos povos coloniais deve levar forçosamente à conclusão de que os obstáculos com que essa luta se depara não derivam da própria natureza de dito "processo", mas, ao contrário, de desvios em relação ao mesmo, desvios esses que visariam desnaturá-lo. Eis, pois, a política de Spínola definida como uma tentativa da burguesia de "transformar o processo de descolonização... em implantação de uma solução neocolonial" (idem). Os acordos de Alvor não seriam uma imposição do Estado colonialista aos rebeldes angolanos e uma armadilha preparada pelos partidários do imperialismo popular e socializante do MFA para um MPLA que tudo predispuha a nela cair; pelo contrário, eles determinariam "as modalidades do acesso à independência de Angola" (são diplomatas imperialistas ou revolucionários que estão falando?) "*SOB A DIREÇÃO DO MPLA, DA FNLA E DA UNITA*" (*Luta Proletária*, nº 9) e não do Estado português, o qual, como acontece frequentemente nas teorizações dos trotskistas, pura e simplesmente evaporou-se !

Depois de isentar o Estado português de modo tão vergonhoso, a LCI tentará salvar a cara suspirando a respeito da "cumplicidade das autoridades portuguesas em Angola" (*Luta Proletária*, nº 11) - mas nunca, é claro, das democraticíssimas e antiimperialistíssimas "autoridades" metropolitanas - para com as "manobras neocolonialistas da FNLA", o que deixaria supor que, assim agindo, as "autoridades" em questão contradiriam uma missão descolonizadora tão eminentemente civilizadora quanto sua missão colonizadora de outrora ! "Os acordos de Alvor são hoje letra morta. O Alto Comissário português em Angola e as forças armadas em geral" (sempre em Angola, é claro) "permitem a livre atuação das forças reacionárias" (*Luta Proletária*, nº 10). É mais que óbvio que o Alto Comissário e as Forças Armadas não são nem por sombra "forças reacionárias"...

E quando acusam o governo provisório de ser um "intermediário do imperialismo" e o "instrumento de uma solução neocolonial", não é porque a política desse último tem por objetivo a salvaguarda dos interesses portugueses, mas porque é "baseada na manutenção das posições capitalistas" em geral e "numa ampla dependência ... de sua economia para com o conjunto do imperialismo" (*Luta Proletária*, nº 9), coisa que permite silenciar sobre as responsabilidades do capitalismo, do imperialismo e do Estado portugueses em particular.

Além do mais, essa acusação contra o governo provisório é uma simples figura de retórica, pois a LCI logo se precipita em apelar para ele a fim de que impeça justamente a ameaça de uma solução neocolonialista ! "É preciso que (os trabalhadores e os revolucionários) forcem o *Governo Provisório e o Conselho da Revolução* a impedir as atitudes e as manobras, objetivamente a serviço de uma solução neocolonialista, do Alto Comissário e das Forças Armadas

em Angola" (*Luta Proletária*, nº 10). Mas quem são esses últimos, se não os mandatários dos primeiros ?

Que sentido, pois, pode ter a reivindicação da "independência total e incondicional" avançada pela LCI, se essa última avança o famigerado "processo de descolonização no qual a independência só é concedida sob determinadas condições, que são impostas pela metrópole e que visam limitar o máximo possível o alcance da independência ?

Que significação pode ter, então, a exigência da retirada das tropas, que a LCI formula, se essa última dissocia o Estado português de suas tropas coloniais e só condena estas para permitir que aquele não seja comprometido; se ela não exige, ao mesmo tempo, a *supressão imediata e incondicional de toda e qualquer ingerência* - econômica, política e diplomática, além de militar - do "seu" imperialismo nas colônias, isto é, o abandono do "processo de descolonização", que consagra essa ingerência ?

Infelizmente, tudo isso não são mais que palavras vazias, que têm decerto ressonâncias internacionalistas, mas que só servem para encobrir a triste realidade da caução dada a seu Estado. O verdadeiro internacionalismo proletário não pode satisfazer-se com meras proclamações verbais; ele exige, por parte dos revolucionários das nações opressoras, uma luta sem reservas contra "seu" Estado, uma denúncia aberta dessa opressão, uma ação sem hesitações contra toda forma de ingerência do "seu" imperialismo. Sem esse verdadeiro *derrotismo* em relação ao Estado opressor não pode haver agitação conseqüente em favor da independência das colônias nem verdadeira solidariedade para com os proletários, as massas exploradas e, mesmo, para com os movimentos independentistas.

(*Le Prolétaire*, nº 203, 20/9 - 3/10/75,
e nº 204, 4/10 - 17/10/75

Il Programma Comunista, nº 19, 10/10/75
e nº 20, 24/10/75)

A PROPÓSITO DO APOIO ÀS LUTAS ANTIIMPERIALISTAS

Uma questão de primeira importância para o movimento revolucionário português - e internacional - é a da solidariedade para com a luta do povo angolano, uma luta que esteve no epicentro do poderoso movimento de independência que vibrou um golpe irreparável num dos mais antigos impérios coloniais, desmantelando-o e precipitando a metrópole numa crise - econômica, social, política - de enorme profundidade. Na quase totalidade dos grupos e partidos de extrema esquerda portugueses e europeus, o apoio a essa luta traduziu-se essencialmente pela fórmula de "apoio ao MPLA". Antes de pesarmos essa palavra de ordem, recordemos alguns princípios gerais.

O objetivo central dos comunistas revolucionários é a destruição do sistema capitalista em escala mundial, um sistema cujo coração bate nas grandes metrópoles imperialistas da América e da Europa, mas que não pode viver sem a exploração de vastos impérios coloniais e semicoloniais, verdadeiras reservas de riquezas de que elas tiram parte considerável de sua força; impérios que elas mantêm sob a mais tremenda opressão, esforçando-se em impedir qualquer modernização de suas estruturas políticas, sociais e econômicas arcaicas precisamente para poder reinar sem contestação. Ora, por tenderem à transformação dessas estruturas arcaicas, os movimentos nacional-revolucionários que aí se desenvolvem são levados a uma luta frontal, armada, contra o próprio imperialismo, integrando-se, assim, na estratégia revolucionária proletária, de que são um componente de grande importância. Por isso, os comunistas trabalham, tanto nas metrópoles quanto nas colônias, para fazer com que o movimento proletário revolucionário e comunista nas metrópoles e o movimento nacional-revolucionário e democrático nas colônias e semicolônias convirjam num só e único movimento anticapitalista mundial.

É nessas bases que deve ser colocado o problema do apoio dos comunistas aos movimentos nacional-revolucionários das colônias e semicolônias, um problema que deve ser focalizado de dois prismas distintos, ambos situados no plano da revolução comunista internacional.

O aspecto da questão que nos interessa aqui mais particularmente é o do apoio dado pelo movimento revolucionário na metrópole. Desse prisma, a única maneira consequente de apoiar os movimentos anticoloniais consiste em bater-se resolutamente contra a opressão colonial de seu próprio Estado, pela independência incondicional das colônias e contra toda intervenção - política, diplomática, militar -, direta ou indireta, nas colônias e nações oprimidas. Mas, para que esse combate seja eficaz, é indispensável romper com o oportunismo, que é, no dizer de Lênin, "o principal esteio social" da burguesia imperialista e que, estando diretamente interessado na preservação do império colonial por viver das

migalhas da exploração deste pela *sua* burguesia imperialista, desvia essa luta de seu verdadeiro alvo - o Estado burguês -, conduzindo-a em direção a objetivos e com diretivas perfeitamente compatíveis com a preservação dos interesses imperialistas da *sua* burguesia.

É essencial compreender-se que uma luta sem compromissos contra o Estado opressor e seus lacaios social-imperialistas é a condição primeira da convergência do movimento proletário das metrópoles e do movimento revolucionário das colônias. Essa luta constitui a *pedra angular* da estratégia antiimperialista dos marxistas revolucionários.

Dar as costas a essa tarefa equivale, objetivamente, a deixar "seu" imperialismo com as mãos livres para perpetrar seus crimes nos países subjugados e, por outro lado, contribuir também para deixar-lhe com as mãos livres para fortalecer-se contra o próprio proletariado metropolitano. É por essa razão que concebemos essa tarefa não como um imperativo moral, mas sim como uma exigência prática da luta pela emancipação proletária.

Ora, desse ponto de vista, *nenhum* movimento português se coloca no terreno de um apoio internacionalista consequente à luta do povo angolano. Com efeito, como poderiam fazê-lo, quando se lançam desavergonhadamente nos braços do oportunismo oficial e, mesmo, nos próprios braços do *Estado português*, seja por intermédio do COPCON - o patrocinador da criação da FUR -, seja, no que concerne aos maoístas, que não entraram nessa frente pretextando que ela estava a serviço do "social-fascismo" do PCP (a verdade é que eles preferem cobrir de beijos as bochechas flácidas de Mário Soares), por intermédio do "grupo dos nove" ou de outros militares "revolucionários" do mesmo calibre? Como poderiam colocar-se no terreno de um apoio internacionalista proletário, se são os paladinos do "processo de descolonização", na versão Melo Antunes para os últimos, ou na variante Vasco Gonçalves para os primeiros?

Mas isso não é válido apenas para os grupos portugueses: seus confrades da Europa e das Américas, adoradores, como eles, da deusa Espontaneidade, prosternam-se extasiados aos pés da "Revolução Portuguesa", escondendo por detrás de uma espessa nuvem de incenso o fato de que a originilidade dessa "revolução" está em que...ela não teve lugar e, sobretudo, em que ela foi...espontaneamente desencadeada pelos chefes do exército colonial antes de mais nada com o objetivo de "resolver a questão colonial" de modo que os interesses portugueses nas colônias fossem preservados o máximo possível. É característico, no tocante a esse aspecto, que, em meio à profusão de brochuras publicadas na França, por exemplo, e dedicadas a explicar os acontecimentos portugueses e trazer à luz as exigências da luta proletária em Portugal, *nenhuma* dá o menor lugar à questão colonial... Assim fazendo, os grupos que as publicam participam do empreendimento que consiste em pintar o imperialismo português com cores "socialistas".

O alcance dessa questão não se reduz apenas a Portugal. Angola é hoje o coração vibrante da África em luta contra o imperialismo, renunciando as próximas vagas revolucionárias que atingirão não só Portugal, mas também as grandes nações da Europa, a que a África, no essencial, está agrilhoada. Qual será, então, a atitude desses antiimperialistas de conversa fiada?

Mas voltemos aos dias de hoje. Inúmeros bandidos intervêm di-

reta ou indiretamente em Angola, principalmente os Estados Unidos, a Alemanha e a França. Tomemos o caso dessa última. É incontestável que Paris fornece grande quantidade de material bélico ao Zaire (onde Giscard efetuou recentemente uma viagemzinha) para a FNLA, que além disso é equipada também por Washington e goza da ajuda de instrutores chineses. É indiscutível que Paris arma a UNITA e as colunas sul-africanas que acompanham esse pálido movimento reforçado por colaboradores angolanos generosamente oferecidos a Savimbi pelo exército português. Não é segredo para ninguém que Paris manobra em Cabinda em concorrência com Washington e que em Paris são recrutados mercenários para ir combater em Angola ao lado dos veteranos de Katanga, sempre em serviço.

Que seria indispensável fazer para deter a mão criminosa do imperialismo francês? Um objetivo foi levantado em reuniões de solidariedade com Angola pela boca de camaradas africanos: a luta contra o fornecimento de armas. Não ouvimos nenhuma organização francesa fazer seu esse objetivo e nem sequer dignar-se a levá-lo em consideração. Mesmo fazendo abstração das possibilidades de realizá-lo nas condições atuais, é claro que esse objetivo seria de enorme importância. Mas suponhamos que a questão seja colocada na ordem do dia. Há, evidentemente, duas maneiras de conceber a luta para realizá-lo.

Podemos conceber um apelo comum juntamente com as organizações democráticas e os partidos oportunistas para reclamar do imperialismo francês a suspensão do fornecimento de armas. Mas o único resultado de tal ação seria o de revalorizar a esquerda imperialista, que as massas africanas puderam ver em ação durante uma interminável série de guerras coloniais conhecidas ou mesmo desconhecidas na metrópole, pois nada impede que as armas sejam fornecidas às escondidas por mil meios.

Ou, então, podemos conceber a suspensão do fornecimento como o resultado de um boicote efetuado pelos trabalhadores dos transportes, pelos portuários, marítimos e outros. Essa ação teria a vantagem de proporcionar resultados reais e, além disso, de manifestar uma solidariedade bem diferente da mera solidariedade verbal, e poria em movimento a *única força* que tem o interesse histórico de prestar uma ajuda desinteressada à luta das massas coloniais: o proletariado.

Mas, dir-nos-ão, isso não é possível hoje, vista a relação de forças. Sem dúvida. Porém, se esse objetivo não pode ser fixado num futuro próximo, as condições que permitirão que ele seja realidade um dia podem ser preparadas. É mais que certo que o trabalho nesse sentido chocar-se-ia com a sabotagem decidida do oportunismo operário, que não fez absolutamente nada durante as longas guerras coloniais em que seus patrões estavam comprometidos até a medula, e que hoje vem propor seus préstimos para a volta de Sekou Touré ao seio da pátria-mãe. Mas quem é que realiza uma ação séria de denúncia do oportunismo e do social-imperialismo? Quem é que consagra uma parte, por pequena que seja, de suas energias para explicar ao proletariado que a luta dos revolucionários africanos é uma luta que fere seu próprio inimigo e que ele deve fazer sua?

É muito mais fácil contentar-se com a idéia de que a ajuda a dar às massas de Luanda hoje ameaçadas de serem degoladas e massacradas pelos mercenários do imperialismo euro-americano consiste em "reconhecer o MPLA como o único representante do povo", o que equivale a resolver o problema mudando seus termos e eludindo-o.

Com efeito, uma coisa é apoiar um *movimento social* que se coloca no terreno da luta armada contra o imperialismo, outra coisa é apoiar uma *organização*, que não pode em hipótese alguma ser confundida com aquele movimento. O apoio ao primeiro é um *imperativo incondicional*, uma *questão de princípio* para os comunistas. De certo modo, é um apoio "negativo", pois se concretiza numa luta contra o Estado imperialista, sem que seja levada em linha de conta a direção que é dada ao movimento nacional e subversivo no país subjugado ou na nação oprimida.

Já o apoio a uma organização política, como o MPLA - e esse é o segundo aspecto da questão - é uma *questão de tática* e não de princípio, dependendo portanto de toda uma série de fatores precisos. Dentre esses fatores, o principal é a existência *in loco* de um partido ou núcleo comunista (lembramos, com Lênin, que não se pode falar de tática na ausência de uma organização de partido) capaz de poder realizar praticamente esse apoio, o qual, aliás, não é de modo algum *incondicional e obrigatório*, como o é a luta contra a intervenção imperialista e pela independência das colônias. Acrescentemos que as relações do partido proletário com os movimentos democrático-revolucionários são reduzidas a um marco demasiado estreito, se consideradas unicamente do ponto de vista do "apoio", pois que se trata também de forçar esses movimentos a cumprirem as promessas democráticas que fazem às massas numa luta que só o proletariado pode conduzir de modo inteiramente consequente e em que seu partido tem como objetivo tomar a direção do movimento social.

A questão do "apoio" é, portanto, uma questão que só pode ser colocada *concretamente*, no campo de batalha, levando-se em consideração toda uma série de condições e de fatores *concretos* nacionais e internacionais, e não no terreno da propaganda geral de solidariedade internacionalista, não *no abstrato*, como fazem nossos imediatistas, que, no entanto, são uns "*concretólatras*" fanáticos.

Fora dos marcos que definimos, o "apoio" ao MPLA pode reduzir-se a uma simples frase vazia, ou a um meio elegante de renunciar aos deveres mais elementares do internacionalismo militante. E, de fato, o terreno em que todos se refugiam, pouco importa se por fraqueza ou por convicção, é um terreno dos mais equívocos, em que se esfumaça a demarcação entre as classes. As forças que se movem nesse terreno são mais que interesseiras, e sua ajuda ao MPLA não só não é uma ajuda às massas plebéias que hoje o seguem, mas é uma "ajuda" que pode até voltar-se brutalmente contra o próprio MPLA. É o caso, por exemplo, do imperialismo russo, que fornece armas ao MPLA. É o caso, também, de certos matreiros veteranos portugueses da guerra colonial que preconizam o apoio ao MPLA como único modo de evitar que "Angola mergulhe no caos", segundo a expressão de Rosa Coutinho.

O apoio de que os proletários e as massas exploradas da África necessitam é de um tipo bem diferente: a verdadeira solidariedade proletária na luta contra o inimigo comum, luta em que poderão forjar-se a força capaz de abatê-lo.

(*Le Proletaire*, nº 208, 29/11 - 12/12/75)

HONRA A LUANDA E AOS PROLETÁRIOS DA ÁFRICA NEGRA !

A vitória da jovem república de Angola e a debandada das forças inimigas em todas as frentes de batalha é um acontecimento da maior importância. As fabulosas riquezas desse país de seis milhões de habitantes cheio de petróleo e de tesouros agrícolas, repleto de minerais e de diamantes, tinham levado, com o apoio do convincente argumento de uma longa luta armada, o Portugal do 25 de abril a afrouxar a rédea em Moçambique e na Guiné a fim de concentrar todas as suas forças e todos os seus meios de mentira socializante nesse país que era a fonte de seu poderio financeiro, proveniente tanto da sua participação direta na pilhagem, como da corretagem e do policiamento por conta do imperialismo euro-americano, bem como da África do Sul.

Provocando o pânico dos colonos e seu êxodo maciço, o movimento de independência angolano desprezou magnificamente Lisboa e seus incômodos padrinhos e teve que enfrentar um duplo ataque: ao norte, o da FNLA, movimento existente por obra e graça de Washington, da generosidade de Paris e da hospitalidade interessada de Kinshasa, treinado graças aos bons préstimos de Pequim (que perdeu, com isso, parte de seu prestígio antiimperialista), flanqueado pelos mercenários euro-americanos e apoiado pelo exército e pela aviação de Mobutu; ao sul, da UNITA, à qual o Estado português tinha dado generosamente os *assimilados* angolanos (isto é, os nativos de Angola que colaboravam com o poder e o exército coloniais), movimento esse que só se mantém de pé graças a Pretória, que é capitaneado por seu corpo expedicionário a fim de controlar Cassinga e Benguela e engrossado sem cessar pelos Estados Unidos, França e Alemanha que, a partir de dezembro último, começaram a dar-lhe preferência em detrimento da FNLA de Holden Roberto.

Hoje, grandemente ajudado por um forte contingente cubano e por uma imponente quantidade de material e de "conselheiros" russos, o MPLA não só bateu a inconsistente FNLA e fez recuar para o Zaire as tropas de Mobutu e os mercenários, como também rechaçou a coluna sul-africana de intervenção e provocou literalmente a evaporação das tropas da UNITA de Jonas Savimbi.

As burguesias ocidentais estão assustadas diante desses acontecimentos. E com toda razão. É claro que o fato de o imperialismo russo ter podido fincar o pé nessa região é responsável, em parte, por essa sua inquietação, pois Moscou marcou um ponto importantíssimo no plano estratégico, já que, por um lado, pode doravante vigiar as riquezas que saem do Zaire pelo norte e controlar as que saem através da estrada de ferro de Benguela, e que, por outro lado, conquistou mais uma importante posição na rota do petróleo e dos minerais, rota que leva do oceano Índico à Europa e, mesmo, à América e que a URSS já observa de Aden, da Somália e da Índia. É bem possível, no entanto, que Washington possa obter uma compensação para esse desastre: acaso Moscou não lhe acena com a possibilidade de uma "ajuda" econômica para reconstruir o país devastado pela sabotagem e pela guerra ?

É verdade que a Europa sai perdendo muito nessa estória, ao menos pelo momento. Depois de Portugal, seu principal trunfo fica

sendo a África do Sul, cujo apoio militar a Lisboa contra a rebelião de Moçambique não foi capaz de impedir o desmoronamento do decrépito império e que acaba de sofrer, em Angola - que sempre considerou como estando em sua esfera de influência -, uma tremenda derrota militar.

Essa vitória do MPLA sobre a África do Sul, gendarme da África austral, verdadeiro canhão assestado contra os movimentos de emancipação da região, é muito mais importante que o combate militar propriamente dito (na realidade, a importância desse combate é bastante reduzida). Ela já constitui um formidável encorajamento para a luta dos explorados e dos oprimidos de toda essa parte da África, a parte mais industrializada e, ao mesmo tempo, mais explosiva do continente. Mas ela tem um alcance maior ainda, um verdadeiro alcance histórico: ela constitui uma vitória do movimento de emancipação da raça negra contra a opressão secular perpetrada pela raça branca. O êxito militar torna-se, assim, uma vitória moral que deve fazer soprar em toda a África oprimida um vento libertador, que, aliás, atingirá mais cedo ou mais tarde o próprio imperialismo russo, não obstante a sua contribuição militar para uma vitória cujas consequências políticas, temos certeza, tentará atenuar empenhando nisso todo seu peso.

Ao passo que inquieta a burguesia das grandes metrópoles, essa vitória não pode deixar de encher de alegria o proletariado das mesmas, pois a força dos Estados que o oprimem repousa nessa dupla exploração: a da classe operária autóctone e a das massas trabalhadoras dos países que dependem desses últimos em diferentes graus.

Mas há ainda outra coisa com que o proletariado internacional tem mil razões para alegrar-se: os primeiros passos dados na cena política pelo jovem proletariado de Luanda e das outras cidades angolanas, pelos proletários e semiproletários das plantações e por todas as massas exploradas que eles arrastam em suas pegadas. E esses passos seus são, de fato, muitíssimo promissores.

Foram as massas revolucionárias de Luanda que se armaram - contra a vontade da direção do MPLA (em abril, esta última ainda afirmava que "o povo não precisa se armar, pois o exército nasceu do povo e está a seu serviço") - para responder às intimidações e à repressão do exército português ajudado pela FNLA e pela UNITA. Foram elas que fizeram ir por água abaixo o governo provisório, o que provocou o êxodo dos portugueses, a ruína da administração colonial, o desmancho da aliança entre o MPLA e o MFA, a ruptura da frente entre esses últimos e os outros interesses, locais e imperialistas. Com isso, as massas revolucionárias compeliram o MPLA à luta aberta contra a FNLA, a UNITA e seus patões, provocando a derrota destes não obstante o fato de que sua eliminação total possa vir a ser impedida pela URSS. É fácil compreender porque, ainda em dezembro, Savimbi estipulava, como condição para a reconstituição de uma coalizão governamental, que Luanda fosse "desmilitarizada"...

Mostramos inúmeras vezes que esse movimento revolucionário estava na origem do despertar da luta operária em Portugal e das deserções no exército. Mas o peso ainda enorme do oportunismo e do chauvinismo, que se manifesta inclusive nos grupos de "extrema esquerda", não permitiu que essa luta se transportasse para o terreno do ataque frontal contra o opressor comum, enquanto que, no resto da Europa, para não falarmos da América, o ópio do social-imperialismo ainda constitui um terrível obstáculo para a luta de classe, impedindo que seja realizada a junção entre o proletariado

das metrópoles e as massas exploradas dos países oprimidos, que continuam a suportar sozinhas o peso da luta contra o imperialismo.

A pressão desse último faz com que, apesar dos impulsos generosos, os partidos mais radicais encontrem a maior dificuldade para se manterem ou mesmo para nascerem, principalmente os partidos que são portadores das exigências próprias das massas proletarizadas. Essa situação favorece os partidos mais propensos ao compromisso e os elementos mais moderados no seio deles. Essa lei é verificada em Luanda, onde o MPLA foi obrigado a aceitar o armamento dos bairros populares, mas onde a chegada das tropas cubanas permitiu-lhe proporcionar uma boa solidez a seu exército, relegar as milícias populares a um papel totalmente subalterno e subordiná-las às forças armadas, ao mesmo passo que rechaçava para as fronteiras os movimentos odiados pelas massas populares, assim como os mercenários e os corpos expedicionários inimigos. O MPLA conseguiu, assim, satisfazer as exigências irreprimíveis das massas revolucionárias, mas fez isso *à sua maneira*, e não da maneira plebéia, encontrando no prestígio que essa capacidade lhe conferiu a força para isolar e combater os elementos mais radicais.

Graças aos sábios conselhos do irmão mais velho russo, que demonstra mais uma vez a sua natureza contra-revolucionária, o MPLA começou a "normalizar" o exército, mandando embora os elementos mais agitados e fuzilando alguns soldados extremistas. Encetou igualmente a depuração das milícias e decapitou as organizações de extrema esquerda, proibindo seus jornais e dirigindo contra elas a repressão, ao mesmo tempo que acentuava a luta contra a ala esquerda do MPLA, especialmente em meio às Juventudes.

A contrapartida dessa política é uma certa "falta de entusiasmo" (não é de se espantar !) que se manifestou no momento de ir para a frente de batalha, bem como nas fábricas e nos portos. Assim, o MPLA tem que lançar todos os dias apelos ao "trabalho" e à "disciplina"...

Não é tampouco de espantar o fato de que, dando seus primeiros passos políticos, os precursores da burguesia percebam, depois de seus irmãos mais velhos dos outros continentes, que é necessário reprimir os impulsos das massas exploradas e, sobretudo, dos jovens núcleos proletários, com medo de que estes, em seu arrebatamento impetuoso, se lancem contra ela para satisfazer seus interesses de classe específicos. Nisso está, também, a razão da necessidade do partido de classe autônomo inclusive antes de que as tarefas nacionais e democráticas sejam levadas a cabo, inclusive quando a burguesia e as outras classes ainda desempenham um papel progressista, ou até mesmo revolucionário: ele é indispensável para impor as exigências próprias do proletariado numa luta que, graças a essa sua intervenção, poderá ser fortalecida e cuja direção, sendo as condições propícias, poderá cair em suas mãos; uma luta que, como quer que seja, possa vir a servir de trampolim para a preparação da revolução comunista.

Angola fez a África inteira dar um grande passo. Vingou Lumumba e o desastre do Congo. Vingou a heróica derrota da União do Povo dos Camarões diante do imperialismo francês. Uma nova era se abre para a África "atrasada", que acabou de dar uma lição às "civilizadíssimas" Europa e América. Honra à África !

E o proletariado africano, que deu um passo maior ainda, um passo de gigante, ao arremeter com todas as suas forças para realizar um movimento de independência mais radical, para romper com-

pletamente com o passado, de que não será capaz amanhã, quando se baterá em seu próprio nome e com sua própria bandeira ? Que os proletários das metrópoles imperialistas meditem no seu exemplo, ouçam seu apelo à luta e não o deixem só mais uma vez ! Que eles possam encontrar nesse exemplo e nesse apelo a força para lutar por seus interesses de classe independentes e reatar, enfim, com a sua tradição e o seu programa, o programa único do proletariado do mundo inteiro, o programa do comunismo !

(*Le Prolétaire*, nº 214, 21/2 - 5/3/76
Il Programma Comunista, nº 5, 5/3/76)

A 9 de março de 1917, fazendo mofa do espanto da burguesia russa e internacional diante da notícia da brusca queda da autocracia, fato que ela considerava como um verdadeiro milagre, Lênin escrevia de Zurique: "Nem na natureza, nem na história acontecem milagres; mas toda reviravolta brusca da história, e especialmente toda revolução, proporciona um conteúdo tão rico, desenvolve combinações de formas de luta e de correlação entre as forças em luta tão inesperadas e tão originais, que muitas coisas podem parecer milagrosas à mente do filisteu" (1).

Duas forças principais, cada uma delas ligada às condições históricas e internacionais do passado e do presente, tinham corrido para a realização desse "milagre": por um lado, a santa aliança da burguesia e da grande propriedade rural, "com todos os seus acólitos inconscientes e todos os seus orientadores conscientes - os embaixadores e capitalistas anglo-franceses -", que tinha subido ao poder não só graças ao impulso mas também em função da guerra imperialista, cuja continuação mais eficaz até a vitória perseguida ela devia permitir; por outro lado, a classe operária organizada nos Soviotes de seus "deputados" (ela tinha conservado fresca na memória a lembrança das gigantescas lutas de 1905 e da longa guerra de posições dos anos seguintes), arrastando atrás de si primeiro os "camponeses fardados" e, em seguida, os camponeses à paisana.

Na mente dos burgueses, dos proprietários rurais e dos "assistentes de direção" daquele "vigoroso acelerador" que tinha sido o conflito imperialista, bem como nos anseios do oportunismo, que tinha ligado inteiramente seu destino à sorte do conflito e, portanto, da ordem burguesa com seus novos trajes democráticos, essas duas forças formavam, e deviam necessariamente formar, um só e único bloco. Lênin, por sua vez, tinha em mente os "interesses de classe absolutamente heterogêneos, [as] aspirações políticas e sociais absolutamente opostas" que faziam, do que era aparentemente um só bloco, o teatro de uma luta que não era ocasional, mas histórica, e o início de algo muito mais vasto: a revolução proletária internacional, deflagrada contra a "maçaroca sangrenta" que ligava entre si "as potências beligerantes, os grupos beligerantes de capitalistas, os "amos" do regime capitalista, os escravocratas da escravidão capitalista".

A guerra tinha posto bruscamente em movimento essas forças. Juntas - mas juntas apenas objetivamente -, elas tinham dado o golpe de misericórdia no tzarismo. Porém, aquilo que os homens de bem do mundo inteiro tinham tomado por um milagre havia engendrado outro milagre, imprevisível por eles, mas esperado pelo marxismo: não tanto o "milagre" do reavivamento dos antagonismos e, portanto, da luta de classe, mas sobretudo o da cristalização em dois poderes distintos e inconciliáveis desses mesmos antagonismos e

(1) Lênin, *Cartas de longe*, I, em *Obras Escogidas*, t. 2, pg. 23 e seguintes, ed. espanhola (os grifos são nossos).

das classes a eles correspondentes, as quais sō convergiam por um instante numa tarefa "comum".

Esses dois poderes opostos eram, por um lado, o governo burguês dos outubristas e dos cadetes - governo "que quer levar a guerra imperialista até o fim e que é, na realidade, um empregado da companhia financeira Inglaterra & França" -; por outro lado, o Soviete, "uma organização operária, o embrião do governo operário, representante dos interesses de todas as massas pobres, [que aspiram] à paz, ao pão e à liberdade". Embrião de governo, sim, mas com seus destacamentos armados, seus corpos de polícia, seus órgãos administrativos, seus primeiros golpes de aríete no aparelho de Estado existente, suas incursões no sacrário da hierarquia militar, sua irresistível tendência a estender-se da cidade ao campo, substituindo - justamente em nome das aspirações elementares das massas pobres e exploradas - o poder de fato e de direito. E embrião de poder significava embrião de Estado, órgão de que os marxistas, ao contrário dos anarquistas, sabem que necessitam; significava, em suma, germe de uma ditadura.

"Situação original", dirá Lênin um mês depois aos velhos bolcheviques aferrados ao esquema paralizante da "revolução burguesa ainda não acabada". Original, não porque contradissesse a previsão de 1905, mas porque "o diretor de cena onipotente" - a guerra mundial - tinha encurtado as etapas previstas do cataclisma social russo, colocando a classe operária de sopetão à frente dos camponeses e, primeiro ainda, dos soldados e levando-a "até quase à ditadura democrática revolucionária do proletariado e dos camponeses" (2). "Situação original", não porque a história não tivesse conhecido situações congêneres (durante todo o ano de 1917, Lênin não cessará de referir-se não sō à Comuna de Paris de 1871, como também à de 1792-1793; e Trotski, treze anos depois, evocará na História da revolução russa o exército de Novo Modelo de Cromwell), mas porque o férreo encadeamento dos fatos objetivos tinha posto com urgência na ordem do dia, para as classes exploradas, um poder que não fosse criado nem muito menos regido pela lei existente. E isso abria uma brecha na estrutura do novo "poder legítimo" e da sociedade de que esse poder era o baluarte.

A originalidade da situação não se esgotava nisso. Como Lênin declarará no I Congresso dos Sovietes, em junho de 1917, ela estava na existência de um partido que não se limitava a "tomar nota" da realidade de dois poderes empenhados numa luta inconciliável (inclusive os burgueses e seus lacaios oportunistas nela se empenhavam, embora por razões diametralmente opostas), mas que estava pronto para assumir o poder e que proclamava, desde então, que quem quer que apoiasse e incitasse os operários a apoiar o governo legítimo era "um traidor dos operários, um traidor da causa do proletariado, da causa da paz e da liberdade". Esse partido assumia a tarefa de "armar o proletariado, consolidar, ampliar e desenvolver a função, a importância e a força do soviete dos deputados operários", sabendo perfeitamente que "o entrelaçamento", a "formação de um todo" entre ditadura da burguesia e ditadura do proletariado e dos camponeses "não estava em condições de man-

(2) Lênin, *As tarefas do proletariado na nossa revolução*, 10 de abril de 1917, *ibidem*, t. 2, pg. 48.

ter-se por muito tempo" (3). Ela duraria tanto mais, quanto mais se permitisse que a gangrena da "intoxicação pequeno-burguesa", do fascínio enganador e corruptor da "unidade", que o predomínio da "frase revolucionária" sobre o conteúdo, do apelo a apoiar o governo legal para "combater" a "reação à espreita" (4), infiltrasse e corroesse órgãos proletários ainda jovens e frágeis (como já estava acontecendo; e em abril o processo será rapidíssimo), o que seria de grande proveito para a burguesia.

Essa convicção não era fruto da iluminação genial de um indivíduo, mas o resultado de um balanço histórico de três quartos de século de lutas proletárias. Como Trotski escreve com razão, "nenhuma classe histórica bem definida se eleva repentinamente, numa só noite, mesmo que seja uma noite de revolução, de uma situação subalterna à hegemonia. Já na véspera, ela deve ocupar uma posição *extremamente independente em relação à classe dominante*. (...) O dualismo de poderes não só não pressupõe mas em geral exclui a subdivisão da autoridade em partes iguais e, em suma, qualquer equilíbrio formal da autoridade. É um fato revolucionário, não um fato constitucional (...). O dualismo de poderes se manifesta onde as classes antagônicas já se apoiam em organizações estatais *fundamentalmente incompatíveis* - uma superada, a outra em formação - que a cada momento se repelem reciprocamente no plano da direção do país" (5). Mas esse estado de coisas, que *em si* representará uma conquista, *nada tem de definitivo*; ele pode ser perdido *no espaço de uma noite*, quando foram, porém, necessários meses e meses para produzi-lo. E por que? Porque se trata de uma situação fora do comum, de uma espécie de "redução ao absurdo" da "compatibilidade dos antagonismos de classe" - um "absurdo" que, para ser positivo, não deve ser considerado como um resultado satisfatório e definitivo.

Não é por acaso que, ao recordar a Comuna, Lênin escreve que "um poder do mesmo tipo da Comuna de Paris" existe na Rússia, não só "na medida em que existem os Sovietes", mas sobretudo "na medida em que *elas são um poder*" e em que não cedem "suas posições à burguesia" (6). Não é por acaso que, à sombra do assalto ao céu dos proletários de "São Petersburgo", ele vê o espectro dos Cavaignacs de junho de 1848, antes mesmo que o dos Galliffets de maio de 1871. Ou ir até o fim; ou bater em retirada até a capitulação!

(3) A frase é de Lênin (*loc. cit.*). Trotski, por sua vez, escreve: "Por sua própria natureza, tal situação [o dualismo de poderes] não pode ser estável. A sociedade necessita de uma concentração do poder e busca irresistivelmente essa concentração, seja através da classe dominante, seja, como em nosso caso, através das duas classes que dividem o poder entre si. A divisão do poder nada mais é que um prenúncio da guerra civil" (*História da revolução russa, I, capítulo sobre o "dualismo de poderes"*).

(4) "Nada mais estúpido", dirá Lênin em 14 de março, "do que a tática que consiste em "apoiar" o novo governo com o suposto objetivo de "lutar contra a reação". Essa luta requer o *armamento do proletariado*" (em *As tarefas do POSDR na revolução russa*).

(5) Trotski, *loc. cit.*

(6) Lênin, *O dualismo de poderes*, 9 de abril de 1917, *Obras Escogidas*, t. 2, pg. 41.

Uma revolução, ainda que vencida, pode ter tido o privilégio de nascer, como a de fevereiro de 1917, com os antagonismos de classe *plenamente desenvolvidos*, com as formas correspondentes de seu alinhamento organizativo já prontas, em vez de vir à luz sob o signo de tudo aquilo que, em fevereiro de 1848, tinha preparado a derrota e o massacre de junho: "a idílica abstração dos antagonismos de classe", "o equilíbrio sentimental dos interesses de classe contraditórios", "a magnânima embriaguez de fraternidade" (7), os "três meses de miséria oferecidos à República", as árvores da liberdade (antecipação dos cravos de Portugal) plantadas ao som da Marselhesa. Pode ter tido aquele privilégio, dizíamos, *mas sempre pode cair nesse último estado.*

A própria existência de *dois* poderes - sua coexistência - prova, na realidade, que as bases da supremacia da classe dominante foram minadas *mas não destruídas*. E dessas bases renascem todas as inércias políticas, sociais e ideológicas do passado, anunciadoras da contra-revolução; recobram vigor as influências oportunistas que germinam na periferia da classe operária e que se infiltram a partir daí no seu interior; começa novamente a oscilar no sentido contrário ao do movimento da história o pêndulo da pequena burguesia urbana e rural; e o "outro" poder se fortalece, invoca a ordem, exige o "fim do caos". Até que os proletários percebem - tarde demais, porém! - que é preciso dar um basta nisso tudo, e tombam nas barricadas de um sem número de junhos.

Será que é preciso dizer que a mesma coisa teria acontecido na Rússia e que Outubro nunca teria vindo à luz sem o partido que, de março a abril, ou melhor, na longa fase de preparação que vai de 1905 a 1916, tinha não só previsto, mas querido, preparado, organizado o outro desenlace, o desfecho vitorioso?

o o o

Antes, durante e depois de 25 de abril, nunca cometemos o erro escandaloso de confundir os cravos da "revolução portuguesa" com a bandeira vermelha do duplo poder surgido da revolução russa de fevereiro, e muito menos ainda com a bandeira do poder *único, gloriosamente só*, surgido da Revolução de Outubro. Os que o cometeram, porém, escandalizam-se com o fato (para nós nem um pouco escandaloso) de que, no dia 9 de outubro de 1975, Pinheiro de Azevedo tenha dado aos militares ordem para voltarem aos quartéis; aos operários, ordem para se curvarem docilmente sobre as máquinas; aos camponeses, ordem para lavrarem seu árido pedaço de chão; aos trabalhadores em geral, ordem para saírem do caos da indisciplina e da "euforia reivindicatória". E acham igualmente escandaloso o fato de que, no dia 25 de novembro, Costa Gomes tenha sufocado a revolta dos pára-quedistas, e tudo mais que aconteceu em seguida.

Mas o que é verdadeiramente escandaloso é o fato de que, em todo o âmbito da "extrema esquerda", ninguém tenha sido capaz de entrever a gélida conclusão que se anunciava detrás das premissas floridas, a *tumba* da luta de classe independente detrás da máscara da *unidade a qualquer preço* - unidade entre MFA e povo; povo e operários ou camponeses; generais e soldados; e assim por diante em todos os tons da escala cromática. O que é escandaloso é o fato de que tenham feito passar por "dualismo de poderes", em ato ou potencial, aquilo que era um poder *único*, e por "Soviete", as

(7) Marx, *As lutas de classe na França de 1848 a 1850*, capítulo "A derrota de junho de 1848".

fantasias de "assembléia", as imposturas "autogestionárias", as válvulas de escape do tipo "democracia direta", que encobriam o esforço tremendo da classe dominante para restaurar a ordem no país depois do "trauma" da decomposição do império colonial e da integração, desejada ou imposta, na economia européia.

Frágil no que concerne às suas estruturas internas, a burguesia portuguesa goza de sólidas ligações internacionais e é forte da experiência alheia (entre outras coisas, a experiência de dois séculos de tutela britânica). Fez em 1910 uma revolução democrática burguesa que, como recorda Lênin em *O Estado e a Revolução* (III,1) comparando-a com a dos Jovens Turcos, não tinha nada de "popular". Fez-se corporativista sob Salazar, dando-se ao luxo de sobreviver ombro a ombro com uma Espanha presa do terremoto social e da guerra civil. Forjou seus heróis de hoje no sangue dos massacres coloniais em nome de deus e da pátria. Na hora do acerto de contas, só teve que dar-se ao trabalho de escolher, entre a variedade de suas flores de estufa, aquela mais próxima do vermelho sem vermelha ser, a que mais tivesse cheiro de fraternidade, a mais popularmente aristocrática e aristocraticamente popular. Soube "conciliar" os antagonismos de classe que fermentavam na base das forças armadas e nas fábricas, servindo-se de um remédio de eficácia comprovada, o remédio, nas palavras de Marx, da "simpatia universal", da luta social que "só chegou a uma existência vaporosa, a existência da frase, da palavra", o remédio da suspensão do "terrível *equivoco* existente entre as classes" numa "embriaguez magnânima" não só de *fraternidade*, como também de *liberdade*, de *igualdade* e, como é costume de bem uns quarenta anos para cá (para não remontarmos mais uma vez a 1848), de *socialismo*. Direta ou indiretamente, a "extrema esquerda" aceitou batizar tudo isso de "dualismo de poderes", de pré-revolução em marcha - pior ainda, de revolução pura e simplesmente -, criando uma realidade onde só havia uma ilusão e jogando com esta para eludir aquela, ou pior, para escondê-la aos proletários, traíndo assim duplamente o ensinamento de Lênin.

Os Sovietes de Petrogrado e de Moscou tinham nascido como embriões de poder da classe dominada *contra* o poder que tinha caído de maduro nas mãos da burguesia nacional e até mesmo internacional. Os organismos que, em Lisboa, a miopia das "esquerdas" confundiu e até identificou com os Sovietes nasceram como *emanação direta* do poder burguês *encarnado pelo exército*.

Os primeiros tinham dado uma expressão real, e não pura e simplesmente simbólica, à *ruptura* que se tinha produzido na sociedade ao cair o tsarismo e que, por contragolpe, se tinha estendido ao exército, *opondo* os proletários e camponeses fardados - os simples soldados - a *toda* a hierarquia militar e arrastando atrás desses a população rural. Organizando os operários em corpos *armados*, embora de forma rudimentar, eles desarmavam as forças oficiais de repressão do Estado. Reivindicando a paz, eles lançavam *as bases* da desmobilização das frentes de guerra.

Suas caricaturas portuguesas nasceram *no seio* das forças armadas como fatores que permitiam reabsorver em sua estrutura *unitária* as forças centrífugas reais ou potenciais provenientes da tropa e salvaguardar o baluarte armado da ordem das repercussões dos antagonismos de classe.

Com todos os seus escalões hierárquicos intactos, nem um pouco ansiosa para desmobilizar as frentes de guerra, mas, muito pelo contrário, decidida a retardar o abandono das mesmas, seja para tornar possível uma evacuação indolor das tropas, seja para

deixar o caminho aberto, se não para a sua própria volta à carga, ao menos para o reatamento dos vínculos (e que vínculos de sangue!) entre os escombros do império e o ocidente (8), essa estrutura, tornada *ainda mais compacta* pela aparência de uma "democracia revolucionária" finalmente instaurada, não só tratou de evitar de armar os proletários e camponeses sem terra, mas *assumiu* as funções de polícia social, que os Sovietes de Petrogrado tinham delegado autoritariamente a si próprios, e reservou para si a exclusividade das armas, que os Sovietes tinham *tomado* não menos autoritariamente para si.

Cabia aos partidos oportunistas, PS e PC à frente, sufocar, por sua vez, as "iniciativas da base", que tendiam perigosamente a materializar-se em órgãos rudimentares de defesa e, potencialmente, de ataque. Fizeram-no afogando esses órgãos naquela *l ampla frente popular* que compreende também os católicos e os liberais", naquela *"estreita aliança* entre as forças populares e os militares democratas", que Soares e Cunhal, opostos no que toca à questão das alianças internacionais, mas de acordo quanto às questões de fundo, tinham preparado desde há muito. Apanhados entre as duas pinças de uma mesma tenaz, operários e soldados foram postos a trabalhar para a *manutenção* ou, ao primeiro sinal de fissura, para a *recomposição* daquela unidade republicana *interclassista* (9) que os Sovietes vermelhos de 1917 tinham rompido. E suas energias foram canalizadas e dispersas naquela espécie de "assembleísmo" que o pseudo-extremismo pequeno-burguês envernizado de vermelho eleva, desde há muito, a modelo da "revolução" futura, em que tais "assembléias" não são sequer concebidas como instrumento de *execução*, isto é, de *intervenção despótica* na vida pública, mas sim como simples arena de escape de uma cólera social em discussão permanente.

Faltou em Portugal a preliminar constituída pelo caráter, ao menos potencial, de *antiestado* inerente ao Soviete, produto e, ao mesmo tempo, fator de uma situação que só é de "dualismo de poderes" na medida em que é *pré-revolucionária*. E faltou aquela outra preliminar, sem a qual a primeira é, sem dúvida, condição necessária mas não suficiente do acerto de contas final entre as classes: *o partido*. O partido de *oposição permanente ao Estado*, que não só teoriza essa oposição mas que age, também, no sentido de abrir ainda mais as fissuras, em vez de saná-las, e que prepara, dia após dia, a revolução, sempre pronto para *substituir qualquer*

(8) É até claro demais que isso contribuiu para o enfraquecimento da luta de independência nacional, principalmente em Angola, preludiando uma nova tragédia congolesa, do mesmo modo que o retorno dos colonos à metrópole prepara uma reedição portuguesa da sangrenta experiência chilena. Também nisso, a responsabilidade da "extrema esquerda" é enorme, como já tivemos a oportunidade de demonstrar em outros artigos.

(9) Marx observava que a república de fevereiro na França, não se chocando com nenhum obstáculo, encontrou-se pouco a pouco desarmada. A burguesia portuguesa e seu "braço secular", as forças armadas, lograram realizar a obra-prima de fazer com que *se volatilizassem fisicamente* primeiro o salazarismo, depois o spínolismo, depois, sucessivamente, os "espectros" das mais diversas reações, empurrados para a cena um depois do outro e logo dela retirados. E o fez, ora mobilizando, ora desmobilizando as massas populares, desorientando-as e, por isso mesmo, desarmando-as física e moralmente.

organismo imediato mal esse organismo renuncie a exercer a plenitude dos poderes, em vez de estar sempre perseguindo o fantasma de uma unidade a ser defendida ou, se rompida, a ser restabelecida.

Não foi acaso precisamente a acreditar a possibilidade da solução oposta, isto é, a do mito unitário interclassista, que se dedicou aquela "extrema esquerda" que, em Lisboa como em toda parte, pretende reatar o fio da tradição revolucionária perdida? De fato, os maoístas, por um lado, e os espontaneístas, por outro, agitavam a bandeira do inquebrantável bloco "novo"-MFA; os trotskistas e paratrotskistas reempunhavam essa mesma bandeira, no próprio ato de renegá-la, pela via indireta da recuperação do oportunismo político e sindical, na perspectiva liquidacionista de um "governo operário" dos herdeiros locais de Noske e de Stalin; e, hoje, na versão revista e corrigida da FUR, a "extrema esquerda" contrapõe à fórmula da "unidade" sob o signo da disciplina e da ordem, encarnada pelo VI "governo da revolução", a fórmula, diferente apenas na aparência, da "unidade" a ser criada sob o signo de uma frente popular "de esquerda", temperada com a insubstituível especiaria da "democracia direta" finalmente conquistada, para uns, ou da "ditadura da classe e não de um partido", para os outros.

Se fosse possível confrontar o ciclo gloriosamente impetuoso de fevereiro-outubro de 1917 com o ciclo penosamente atrasado do 1974-1975 lusitano, seria preciso passar *de trás para a frente* o filme da Petrogrado vermelha, começando-o a partir do beco sem saída em que os Sovietes estavam se metendo, e em que se teriam metido se não fosse a atuação decisiva do partido de Lênin: o mortal beco sem saída da subordinação de um movimento potencialmente revolucionário aos órgãos do poder constituído e à lei inexorável da classe dominante. Mas mesmo assim o confronto não é cabível, porque em Lisboa nunca existiu um "duplo poder", a não ser na imaginação aberrante e desorientadora dos que anunciam a três por dois a "crise de direção" da burguesia, com o que tentam ocultar sua própria renúncia às tarefas da preparação revolucionária e da ação de classe independente, inclusive em plena situação de controle totalitário das alavancas de comando pelo inimigo.

No jogo mutável das relações de força, os alinhamentos de classe não obedecem ao arbítrio do acaso, mas sim à lei de determinações materiais mais fortes que qualquer artifício "tático". Por isso, onde não acode o precedente histórico do fevereiro-outubro russo, só pode vir a dar-se o ciclo dos meses imediatamente posteriores a fevereiro de 1848 na França, quando a classe trabalhadora, saindo da embriaguez da simpatia universal e do fascínio enganador da unidade republicana, despertou para a consciência dos antagonismos "superados sentimentalmente" mas que reapareciam, por histórica determinação, por trás do véu da "frase", e percebeu, então, que lutara e se sacrificara não para si mas para seu adversário, e que detrás do sorriso da "bela revolução" despontava a sinistra gargalhada de Cavaignac gritando "maldito seja junho!".

o o o

Em Lisboa também os antagonismos de classe artificialmente adormecidos ressurgem. Ou melhor, estão fadados a se exacerbar com os golpes de uma crise social e econômica à qual a classe dominante, escondida atrás do biombo "mediador" das forças armadas, não é capaz nem pode opor nada mais além da eterna receita da austeridade e da ordem. Prova disso são os esforços confusos dos simples soldados e marinheiros no sentido de criar um mínimo de organização de defesa *contra* o conjunto do aparelho militar. Prova disso, a magnífica luta dos operários da construção, que sitiaram o palá-

cio da assembléia e do governo. Mas, como demonstra a recente contra-ofensiva do alto comando contra a indisciplina nas forças armadas, por um lado o poder estatal fortaleceu-se nesses últimos meses muito mais do que amadureceu, em meio à trona, o sentido de uma ruptura em relação à oficialidade; por outro lado, os próprios soldados rebeldes não vão além da reivindicação de um governo que não seja o atual e, como os operários da construção, deixam-se ser manipulados sucessivamente ou por seus supostos "líderes carismáticos" (os Otelo e Rosa Coutinho, que ora...volatilizaram-se sem oferecerem a menor resistência), ou pelo PC, pronto para voltar à mais submissa e legalitária colaboração governamental num governo de "direita".

Não é contestando um gabinete em favor de outro, invocado (como, infelizmente, os próprios SUV invocam) como uma acalentada "volta às origens", as quais são a causa primeira do balanço negativo de mais de dezoito meses de ilusões fatais; não é assim que será possível romper esse círculo vicioso que parece desfazer-se só para recompor-se num plano formalmente diferente. Ao contrário, a condição *sine qua non* para dele sair é que se rompa para sempre com o *interclassismo frentista* e que se enfie nas brechas que se abrirem no bloco informe da "unidade" a cunha da luta de classe independente; é que, no vivo da guerrilha proletária cotidiana em defesa das condições de vida, de trabalho e de luta, o partido que proclama abertamente a revolução e a ditadura vermelha, e as prepara, cresça, aprofunde suas raízes, se tempere, afie suas armas, amplie sua influência, varra do caminho este duplo flagelo: o oportunismo socialista-stalinista e o reboquismo esquerdista. A esse fio está ligada não só a perspectiva *final* da conquista do poder, como também a perspectiva *imediata* da defesa física da classe contra o jugo do capital.

O problema não é local, mas internacional. A península ibérica, na sua parte espanhola, está às vésperas ou de um novo incêndio de classe, ou de um enésimo salvamento do status quo levado a cabo por uma infame confraria de "reconciliadores" reunidos em torno da cabeceira da grande enferma para restituir-lhe o oxigênio de uma unidade nacional perdida. Nesse tabuleiro, talvez se jogue a sorte de mais um vintênio: ou um vintênio de guerra social, ou um vintênio de ignóbil "paz" entre as classes em toda a área europeia dilacerada pela crise, mas ainda firme em suas bases burguesas graças à contribuição decisiva de todas as variedades de oportunismo.

Qualquer que possa ser o veredito contingente da história, cabe aos revolucionários trabalhar para que essas bases não saiam fortalecidas mas, ao contrário, profundamente minadas. O que só pode ser conseguido pelo repúdio de toda frente interclassista, de toda nostalgia democrática, legalitária e pacifista.

(Programme Communiste, nº 68, out.-dez. 75
Il Programma Comunista, nº 1, 9/1/1976)

A MIRAGEM DO PODER POPULAR

Ao considerarmos o paralelo entre os soviets russos de 1917 e os "conselhos" portugueses de hoje recordamos que os primeiros tinham um caráter de nítida ruptura com o aparelho de Estado e, por conseguinte, com a estrutura hierárquica das forças armadas - e isso não obstante a tendência à conciliação da direção menchevique - socialista-revolucionária -; enquanto que os segundos são órgãos periféricos que ficaram à reboque do MFA, o que é um objetivo perseguido precisamente pela burguesia portuguesa. De fato, desde o início, a política dessa consistiu menos em combater abertamente a agitação e a organização proletárias que em tentar esterilizá-las graças ao verbo socializante do MFA e aos partidos oportunistas, com a palavra de ordem central de "*organizações apartidárias*".

Os objetivos gerais e os princípios de ação dessa política são comuns às diferentes frações políticas da classe dominante e de todo o seu pessoal, inclusive seus lacaios oportunistas, apesar das divergências e dissensões, às vezes graves, nas questões da dominação das colônias e da guerra colonial, das relações com os Estados Unidos e a Europa, da crise econômica e da reestruturação do capitalismo português, com todas as interações entre essas questões centrais, interações essas cuja análise aprofundada ainda está por ser feita.

Face à burguesia portuguesa e a seus lacaios oficiais, qual é a atitude dos partidos que pretendem combatê-los em nome da revolução?

É inútil insistir demoradamente aqui sobre a corrente maoísta, que reivindica uma direção de partido, mas que coloca mais ou menos abertamente esse partido a serviço de uma fração política da burguesia. Assim, durante o verão passado, o PCP(m-l), sob a palavra de ordem de "ofensiva anti-social-fascista e anti-social-imperialista", pôs-se a reboque do PS e aplaudiu os arrebatamentos das "forças do amor", ao mesmo tempo que exaltava a orientação do Conselho da Revolução, que "definiu um Plano de Ação Política de luta pela independência nacional que se opõe claramente aos desígnios do social-imperialismo russo" (*O Novo Militante*, nº 18, agosto de 75). Por sua vez, o MRPP não tem escrúpulos em mostrar, em nome da "frente única democrática e popular", o PS como um representante da "burguesia liberal que tanto se alia aos fascistas como é capaz de procurar a aliança do proletariado revolucionário para combater o social-fascismo"; quanto ao PPD, deveria ser considerado como um representante da "grande burguesia monopolista européia", em vez de americana (*Luta Popular*, nº 109, 6/10/75), o que, na poderosíssima dialética maoísta, convida o leitor a concluir por si próprio que é possível aliar-se com ele para combater as "superpotências".

A força mais característica na situação portuguesa atual

É, a nosso ver, a FUR. Foi ela que se fez verdadeiramente o paladino do "poder popular" tão caro ao MES e que fixou como objetivo "permitir a conjugação dos esforços de todos os revolucionários a fim de impulsionar o fortalecimento, a generalização e a coordenação dos órgãos de poder popular. A FUR não substitui a organização autônoma da classe operária e das massas trabalhadoras: o papel da FUR é o de contribuir para que os órgãos de poder popular se afirmem cada dia mais fundamentais para a tomada do poder pelos trabalhadores" (Manifesto da FUR de 10/9/75).

Enquanto que a palavra de ordem da burguesia é "que nenhum partido controle as organizações operárias!", a melhor garantia que esses "revolucionários" nos oferecem para preservar a autonomia dessas organizações é gritar em coro: "nada de partido!". "Evidentemente" - diz o MES - "as organizações políticas estarão lá presentes", mas "é fundamental para nós que seja definitivamente estabelecido o caráter apartidário" dessas organizações (mesa redonda promovida pela revista *Manifesto*, nº 12, 3-17/7/75). O PRP-BR é ainda mais claro: "Toda organização autônoma tem seu fim próprio. Quanto aos sindicatos [sua posição é a mesma para todas as organizações intermediárias, evidentemente], nós pensamos que eles devem organizar todos os trabalhadores e que não devem ser um instrumento de nenhum partido político" (ibid.). Os trotskistas da LCI, por sua vez, dão-se ao luxo de acusar o PRP-BR de não ser suficientemente claro no que concerne à condenação do papel de direção do partido: "Ironia das ironias. De acordo com essa plataforma dos Conselhos Revolucionários será o Partido (ponto 3) que exercerá a ditadura do proletariado (pontos 4 e 5)... quando se pretende, e corretamente, que a ditadura do proletariado não é a ditadura de nenhum partido, mas duma classe" (*Luta Proletária*, nº 13, 1/5/75 - os grifos são nossos).

O papel que o marxismo atribui ao partido de classe é substituído por uma "democracia operária" rebaixada a uma regra constitucional: espontaneamente, a famigerada "dinâmica do movimento real" levaria a classe operária à consciência, à disciplina e à assimilação da arte da revolução, devendo o partido apenas imaginar e fomentar a forma adequada à expressão dessa dinâmica. E cada um tem sua própria receita: o PRP-BR tem seus Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros; o MES e a LCI insistem nas Assembléias Populares, de onde surgiria uma Assembléia Popular Nacional. Que importa que esses organismos, garantia da autonomia de classe, não tenham nenhuma existência real! O que importa é que é esta a *via ideal* pela qual a luta de classe tem que passar! E caso o movimento social vier a ser batido, a lição já está tirada de antemão: ou o movimento foi insuficiente para criar essas formas milagrosas, ou então um partido cometeu o crime de "lesa-autonomia"!

Qual é, na verdade, a consistência da autonomia assim garantida pela FUR? Sabemos que essa última nasceu a 25 de agosto por iniciativa do próprio MFA, que, por intermédio do COPCON, agrupou as organizações de "extrema esquerda" que a compõem, mais o PCP. Seu primeiro ato público foi uma manifestação de apoio ao V Governo Provisório. A LCI bem que declarou *posteriormente* que não estava de acordo com a palavra de ordem da manifestação da FUR de 27 de agosto, porque o governo Vasco Gonçalves era um "governo de colaboração de classes" (*Luta Proletária*, nº 16, 12/9/75). Ela pode, com isso, ter salvado a cara, mas não salvou nem um pouco a autonomia do movimento!

Consideremos o primeiro parágrafo do acordo de 25 de agosto: "O documento do COPCON e o documento "Linha de ação programática

e tarefas de transição" constituem uma base de trabalho válida para a elaboração de um programa político revolucionário". Passemos ao parágrafo 4: "A criação de uma frente que englobe os partidos e outras organizações políticas revolucionárias, os militantes revolucionários, o MFA e os órgãos autônomos de poder popular referidos no documento-guia da aliança MFA-povo constitui a saída para o processo revolucionário". Aliás, a reivindicação da continuidade em relação ao programa do MFA é precisada pelo MES no nº 9 de *Poder Popular*: "O MES não aprova [o linguajar da autonomia e do poder popular sabe ser diplomático !] o VI Governo Provisório porque as principais conquistas do Povo Trabalhador serão postas em questão por esse governo. Com efeito, a legitimação e a incitação ao Poder Popular, que a Assembléia do MFA tinha aprovado no Documento-guia da aliança MFA-Povo, são deixadas de lado no programa apresentado por Pinheiro de Azevedo, em que só são levados em conta os documentos programáticos do MFA, o Programa, o Pacto e o Plano de Ação Política, textos ambíguos e contraditórios que as lutas (...) já tinham superado". Como se os primeiros textos reivindicados também não fossem ligados aos segundos, exatamente como, para a burguesia, a mentira democrática e socializante está ligada ao fortalecimento da máquina de opressão a que serve de defesa.

O MES explica, por exemplo, que não se deve procurar revalorizar o MFA, considerado como uma "organização democrática burguesa" e como uma "organização de oficiais [que] já deu o que tinha a dar: criou as condições para que os verdadeiros intérpretes da construção do socialismo, os trabalhadores, os soldados e marinheiros e todos os explorados, se organizassem para lutar pela sua emancipação" (*Poder Popular*, nº 13, 16-23/10/75). Não reconhece claramente, com isso, o que vale a tal autonomia de classe encontrada no programa de uma organização "democrática burguesa" ?

A grande intrepidez da FUR está em reivindicar um Governo de Unidade Revolucionária que se apoie nos órgãos de poder popular, bem como a dissolução da Assembléia Constituinte. Mas, obviamente, não diz nada a respeito da maneira pela qual nascerá esse governo. No entanto, a LCI, no nº 16 (12/9/75) de *Luta Proletária*, fornece algumas precisões que esclarecem muitíssimo sobre a autonomia desse governo em relação ao Estado atual. Com efeito, a LCI tem por objetivo um governo que seja "capaz de satisfazer as reivindicações das massas, de armar os trabalhadores e de esmagar de vez a reação capitalista"; mas acrescenta: "[Isso] só pode ser a tarefa de um Governo Operário de Unidade Revolucionária dotado de um verdadeiro programa anticapitalista, capaz de desenvolver e de ser controlado pelos organismos de poder operário e popular. Só um tal governo pode apoiar as massas trabalhadoras no caminho da demolição do Estado e da sociedade burguesa assente na sua exploração e opressão".

É a isto que se reduz a autonomia de classe na boca do partido da frente que reivindica do modo mais aberto o poder para os operários e não para o "povo": reclamar um governo que aceite desenvolver os órgãos que vão controlá-lo ! Pois o Estado não foi destruído, e sua máquina, embora abalada e entravada em seu funcionamento, continua de pé; ele controla, portanto, todos os atos desse governo e só aceita ser controlado por órgãos de "poder popular" na medida em que esse último permanecer sob seu próprio controle. O movimento operário já fez inúmeras vezes a dolorosa experiência disso. Será preciso um novo Pinochet para uma nova confirmação ?

(Le Prolétaire nº 206, 1-4/11/75)

O FIM DA REVOLUÇÃO DA FRASE

Bastaram apenas umas poucas horas para que o fênix da Ordem, que a "Revolução portuguesa" apresentara como calcinado pelas chamas da "ofensiva popular", ressurgisse brutalmente e pusesse por terra o "segundo poder", que, no dizer dessa mesma "revolução", estaria a ponto de demolir a hierarquia militar. Bastaram apenas umas poucas horas para que a Ordem se instaurasse incontestemente com todos os seus aparatos tradicionais, de que a "revolução" pretendia tê-la despojado: suas prisões, sua censura, seus toques de recolher, seus estados de sítio e suas "caças às bruxas".

Bastou apenas que um destacamento dos comandos de Amadora cercasse a rádio para retomá-la; bastou que ele disparasse alguns tiros para o ar para dispersar a multidão que acorrera para ajudar os soldados. Bastou apenas que um regimento de cavalaria se apresentasse no arsenal "ocupado" para que as portas deste lhe fossem abertas; bastou pedir a Dinis de Almeida que se rendesse para que o "regimento vermelho", por maioria de votos, seguisse seus chefes legalistas na obediência à hierarquia. Bastou apenas que os comandos cercassem as bases aéreas "tomadas" pelos paraquedistas para controlá-las e repor em seus postos os comandantes destituídos; bastou que os comandos dessem assalto ao quartel da polícia militar para que, ao primeiro tiro e ao primeiro sangue derramado, os soldados depusessem as armas e para que só faltasse aguardar a rendição dos paraquedistas de Tancos. Em suma, bastou apenas o olhar do fênix da Ordem ressurgido de suas cinzas para que os rebeldes fossem literalmente hipnotizados; para que as lágrimas de raiva sucedessem a alegria de ter conseguido romper uma disciplina odiada; para que, mais precisamente falando, a Lei, a Tradição, a Ordem, fossem restabelecidas praticamente sem dar um só tiro.

O que causa mais espanto não é, na realidade, o fato de que a casta dos oficiais tenha-se mostrado tão operacional, mas sim o fato de que a "revolução portuguesa" tenha imaginado que essa casta tivesse sido dissolvida pela vaga de indisciplina dos soldados. Sem dúvida nenhuma, as altas esferas da hierarquia militar foram percorridas por correntes contraditórias violentíssimas, mas os choques sempre foram amortecidos pela solidariedade de casta. Assim, diante da agitação dos paraquedistas de Tancos, o conjunto dos oficiais (123 dos 128) pediram sua transferência, seguidos por um só dos 300 suboficiais e por 7 dos 1 300 soldados. Mesmo os oficiais "honestos", para grande estupor dos soldados, passaram para o outro lado. Isso deve fazer-nos recordar esta lei, segundo a qual só a *insurreição armada* pode conseguir romper esse amálgama de solidariedade e de disciplina que dá consistência ao corpo de oficiais, mesmo quando os soldados não mais os seguem.

Aliás, a oposição entre oficiais e praças - uma oposição que se manifestou em Tancos de forma tão clara quanto a que levou os operários da construção às vias de fato contra a ordem oficial e semi-oficial - tornava urgente o restabelecimento da disciplina e

a "restauração" da hierarquia militar. Era preciso por um ponto final nisso tudo ! E, para isso, duas condições deveriam ser preenchidas.

A primeira, era que se pudesse contar com tropas absolutamente seguras. Não é que todos os regimentos tenham sido contaminados, mas a experiência ensina que a indisciplina dos soldados, em ligação com o movimento social em seu todo, tem sua própria lógica interna e que fazer um regimento tido como "são" marchar pode provocar sua desagregação (o exemplo de Tancos mostra que esse ponto tinha sido atingido) ou suscitar reações de solidariedade em meio a outras unidades ainda adormecidas.

O estado-maior esperava as forças seguras de Angola: é por isso que, à espera da retirada dessas últimas, ele alternava ameaças e promessas, manobrava para acalmar a agitação sem afrontá-la abertamente. Os que se apraziam a pintar o presidente Costa Gomes como hesitante não viram qual era a causa dessa hesitação aparente e não foram capazes de conduzir uma luta antiimperialista consequente, apta a desorganizar as tropas de choque do corpo expedicionário, as quais puderam retornar nesses últimos dias com um "moral excelente".

Foram essas tropas que foram juntadas ao regimento de cavalaria que interveio no arsenal; foram elas que vieram apoiar os comandos de Jaime Neves (cujos efetivos eram um segredo militar); foram elas, bem como os mercenários vindos também das colônias, que provavelmente constituíram as "tropas desconhecidas" que circulavam em Lisboa; foram elas, sem dúvida, que serviram de retaguarda e reserva do golpe.

A outra condição era que o movimento dos soldados e dos trabalhadores estivesse suficientemente controlado para que as reações na tropa e uma conjunção do movimento operário com o movimento dos soldados pudessem ser evitadas o máximo possível.

Sob esse aspecto, a famigerada "esquerda militar" desempenhou a fundo seu papel, fingindo marchar junto com os soldados e utilizando o linguajar demagógico do "exército popular", ao mesmo tempo que tentava, em contrapartida, apoiar-se neles para favorecer seu jogo político, que sempre foi mantido nos marcos da sacrossanta unidade das forças armadas e que uma extrema esquerda que acreditava encontrar nesses oficiais um ponto de apoio para os operários e para os soldados não foi capaz de combater.

O oportunismo operário, aqui encarnado pelo PCP, também desempenhou a fundo seu papel clássico. Embora no governo, ele conseguiu penetrar aqueles que foram abusivamente chamados de órgãos do "poder popular" - as comissões de trabalhadores e de soldados -, onquanto que a extrema esquerda dizia aos operários que era indispensável uma frente com o PC para arrancá-lo das garras do PS e para servir de ponto de apoio à luta operária. O oportunismo pôde, assim, conquistar sem resistência séria uma influência tal, que essas organizações tornaram-se incapazes de qualquer iniciativa sem ele.

A manifestação de 23 de outubro e, ainda mais, a de 16 de novembro (essa última apoiada pelo PC, pela FUR e pelos SUV) forneceram a prova do domínio do oportunismo, que se traduziu pela reivindicação de um governo mais à esquerda. Além disso, o estado de emergência de 26 de outubro, declarado com o pretexto de luta contra a direita responsabilizada por alguns atentados insig-

nificantes, tinha demonstrado que a classe operária tinha-o engolido sem a menor veleidade de luta.

Antes do golpe de 25 de novembro, a campanha do PC em prol de um governo de esquerda, somada aos rumores de um perigo de direita, criara as condições propícias para desorientar completamente as massas operárias.

Foi nessa atmosfera que o desenvolvimento da agitação dos pára-quedistas de Tancos levou-os a buscar apoios externos, para simplesmente precaverem-se dos golpes da hierarquia militar por eles esperados: pois não tentavam demitir Otelo? e a unidade absoluta da hierarquia não era uma condição necessária para restabelecer a disciplina entre os soldados? E, por outro lado, não foram os oficiais que tinham tomado, no regimento, a iniciativa da ruptura?

A ausência de réplica ao ataque das tropas legalistas por parte dos soldados e do movimento operário é surpreendente? Na realidade, ela só poderia ser uma surpresa para os que esqueceram que os soldados contavam com a direção dos oficiais de esquerda, os quais deixaram-se ser demitidos sem dizer nada, como rezam as boas tradições hierárquicas. O famigerado Otelo de Carvalho teve a inteligente idéia de fingir recusar-se a deixar seu posto, aumentando, assim, a confusão dos soldados, que encontraram nessa atitude uma razão suplementar para conservar os olhos fitos nele e condicionar sua ação à decisão dele. Na noite fatídica procuraram-no por toda parte durante horas e horas, e foi impossível encontrar o Otelo, aquele mesmo homem que estava ao lado de Costa Gomes quando esse último anunciou o estado de emergência. O movimento dos soldados foi arrastado no turbilhão, sem possibilidade de resistência, subjugado pelos cantos dessa nova Lorelei, a "esquerda militar".

O outro elemento que teria podido dar força e coragem aos soldados era o movimento operário. Mas, desde os primeiros instantes, o PC pôs em guarda contra o "perigo para a Esquerda de sobreestimar suas forças" e lembrou que "todo afrontamento fazia o jogo da reação". E ao mesmo tempo que as greves parciais por uma mudança de governo, mediante as quais a Intersindical tentava canalizar a agitação, eram suspensas, o PC explicava que o novo governo resultaria de um compromisso sempre possível e saía da cena, deixando a classe operária sem nenhuma diretiva.

Que podia fazer uma extrema esquerda incapaz de conceber uma ação sem os oficiais "de esquerda" e sem o PC, e impreparada para tal eventualidade? (Não estamos falando, é claro, do maoísmo, que alinhou-se resolutamente detrás de Vasco Lourenço, quando não de Costa Gomes, com o pretexto de que o movimento dos soldados não tinha nenhuma autonomia em relação ao "social-fascismo"...).

Privados da existência de uma luta operária consistente, privados dos chefes com que contavam, sem que nenhuma força tenha sido capaz de tomar a cabeça da luta, os soldados não poderiam encontrar em si próprios a decisão e a determinação que proporcionam a força para combater.

Fomos traídos! É esse o grito que proferem, hoje, para justi-

ficar sua impotência os que ontem mesmo pretendiam que estavam maduras todas as condições para uma "sublevação popular". Essa gente via os indícios seguros disso no que apresentavam como a decomposição da hierarquia militar, uma parte da qual fingiram ver passar para o lado dos soldados; no fato de que o PC via-se obrigado (sempre segundo essa mesma gente) a fazer a política exigida pelas massas, em lugar de poder fazer a sua. Como se o fato de O-telo ter saudado o "poder popular" ou o fato de o PC ter seguido as pegadas desse "poder" pudesse realmente abalar o Estado ! Como se a própria natureza dessas forças não as levasse inevitavelmente a tirar o corpo fora no momento preciso em que a Ordem, de que são cúmplices, vibra seus golpes, deixando assim as massas, entorpecidas pelas drogas que aquelas forças lhe ministram, paralizadas pela falta de direção !

A culpa é do PCP ! - dizem os que não cessaram de mostrar ao proletariado que a "unidade operária", concebida como uma unidade com os partidos oportunistas, era um trampolim necessário ao movimento social, sem ver que para fazer face à *traição inevitável* desses partidos é indispensável uma direção que tenha conduzido, com muita antecedência, uma ação independente, que se tenha preparado nessa luta e que se tenha tornado apta a capitalizar as reações para poder continuar a luta. Sem ela, essa *traição* acarreta a derrota do movimento e, o que é mais grave, sua desmoralização por um período difícil de ser previsto.

Ainda bem que a classe operária não fez nada !, exclamam os que explicam ter ela, assim, guardado suas forças intactas. Como se o restabelecimento da disciplina no exército não fosse a condição indispensável para por nos eixos a classe operária e os camponeses pobres, que, apesar de todos os esforços da demagogia oportunista, não voltaram seriamente ao trabalho.

Claro, não foi a revolução que foi batida, mas sim a *verborragia* revolucionária. As ilusões que o movimento social acalentava e que foram brutalmente desfeitas: as ilusões de uma ação de braços dados com o oportunismo e a "esquerda militar", ilusões que se arraigam na fraqueza do movimento e (é esta uma verdade que tem que ser dita) no chauvinismo.

O que é certo é que a força que destruiu esses sonhos é a mesma que, restaurando a disciplina no exército, se reforça a fim de dobrar a classe operária. Aliás, o estado de sítio já foi utilizado não só para eliminar os oficiais de esquerda, mas também para decapitar a extrema esquerda e o que há de mais combativo na classe operária. E a primeira medida social consistiu em suspender todas as negociações salariais daqui ao fim de dezembro, recuperando num abrir e fechar de olhos o que necessitara, para ser obtido, de greves magníficas, como a da construção.

O capitalismo português encontra-se numa crise profundíssima. Ele precisa impor à classe operária trabalho e austeridade; ele precisa conter, a qualquer preço, a agitação incessante; expulsar das fábricas os trabalhadores que pensavam que o "controle" lhes garantiria, se não o salário, pelo menos o emprego; expulsar das terras ocupadas os operários agrícolas do sul. Para tanto, e também para tentar salvar ainda alguma coisa em Angola ou em outras colônias em que continua manobrando, o Estado português munuiu-se de uma arma decisiva: a força restaurada. Mas ela não lhe basta. Ele precisa também, por algum tempo, da mentira democrática e oportunista para vencer com um mínimo de atritos a crise econômica e social.

Como declarou Melo Antunes: "O controle da situação militar possibilita-nos dispor de garantias para clarificar a situação política e avançar, com um programa viável, em direção a um governo de esquerda. A participação do partido comunista na construção do socialismo é indispensável" (*Le Monde*, 18/11/75). Preciosa confissão de que a mentira só é eficaz quando sustentada pela força. Cínica confissão das classes dominantes de um mundo senil que põe nocaute os pretensos revolucionários sem princípios que ainda pensam em apoiar-se num "governo de esquerda" para enfraquecer o Estado burguês ! E em que abismo de servilismo contra-revolucionário pôde cair um oportunismo operário que, por determinação de sua própria natureza, é capaz de reclamar o Estado forte mesmo quando esse fortalecimento pressupõe a eliminação de elementos próximos de si na máquina militar !

Assim, enquanto consideram a hipótese de uma modificação ministerial apta a encontrar, segundo a expressão de Costa Gomes, "um apoio entre os trabalhadores bastante forte para assegurar a paz, a tranquilidade, uma produtividade razoável e para evitar essas reivindicações constantes que causam tanto prejuízo à economia nacional" (*Le Monde*, 18/11/75), Jaime Neves está a postos para lembrar que "ainda há muitas coisas a fazer" e que está "firmemente decidido a ir até o fim" (*Le Monde*, 2/12/75), isto é, que está pronto, hoje, para sufocar os rebeldes que não compreendem os "imperativos da situação" e, amanhã, para desembaraçar-se também do lacaio quando, ao cabo da função deste, chegar o momento de sacrificá-lo às "forças do amor".

A classe operária acha-se compelida a um combate terrivelmente desigual nessa segunda etapa da ofensiva burguesa contra suas condições de vida e de luta, faltando-lhe, agora, o formidável apoio de um movimento de soldados, um movimento cuja energia a pretensa revolução portuguesa sacrificou numa verborragia fantástica. E diante dela se ergue a Ordem, assente nestas duas forças que são a autoridade restaurada e o oportunismo operário. O único trunfo com que ela pode contar é a lucidez. Mas essa última pressupõe que os revolucionários sinceros tirem a lição que os fatos vieram confirmar mais uma vez, a lição da necessidade de uma independência de classe absoluta; pressupõe que eles compreendam a necessidade de um partido dotado de um programa de oposição completa ao Estado e a todas as forças da burguesia e do oportunismo, um partido capaz de dar a maior eficácia à luta de defesa que está na ordem do dia, de desenvolver o máximo possível as potencialidades classistas que essa luta encerra em si, transformando-a assim num terrono de preparação revolucionária.

(*Le Prolétaire*, nº 200, 13-26/12/75)

PUBLICAÇÕES DO PARTIDO

EM PORTUGUÊS

- * Série "Os textos do partido comunista internacional":
 - Teses características do partido: bases de adesão..... 3F
 - Lições das contra-revoluções..... 3F
 - Os fundamentos do comunismo revolucionário..... 5F

EM FRANCÊS

- * "Programme Communiste", revista teórica trimestral.
Assinatura anual.....32F
- * "Le Prolétaire", jornal quinzenal. Assinatura anual.....20F
- * Série "Les textes du parti communiste international":
 - Communisme et fascisme..... 8F
 - Eléments d'orientation marxiste - Les trois phases
du capitalisme - Guerres et crises opportunistes..... 4F
 - La "Maladie infantile", condamnation des futurs renégats.
Sur la brochure de Lénine "La maladie infantile du
communisme"..... 7F
 - Défense de la continuité du programme communiste (224
páginas em que são reproduzidas as teses fundamentais
de nossa corrente entre 1920 e 1966).....15F

EM ESPANHOL

- * "El Programa Comunista", revista teórica trimestral.
Assinatura anual.....16F
- * Série "Los textos del partido comunista internacional":
 - Los fundamentos del comunismo revolucionario.....4F
 - Fuerza, violencia, dictadura en la lucha de clase.....4F
 - Partido y clase.....8F

EM ITALIANO

- * "Il Programma Comunista", jornal quinzenal.
Assinatura anual.....30F
- * Storia della Sinistra comunista. Vol. I (1912-1920). Das
origens à primeira guerra mundial e o pós-guerra, 423 pgs....30F
- * Storia della Sinistra comunista. Vol. II (1919-1920). Do
Congresso de Bolonha do PSI ao Segundo Congresso da Inter-
nacional Comunista, 740 pgs.....40F

Os capítulos VIII ("A esquerda marxista da Itália e o movimento comunista internacional") e IX ("O II Congresso da Internacional Comunista: um ponto culminante e uma encruzilhada") foram publicados em francês nos números 58, 59 e 60 de "Programme Communiste".

- * Struttura economica e sociale della Russia d'oggi, 752 pgs...45F

- * Série "I testi del partito comunista internazionale":
 - In difesa della continuità del programma comunista (200 páginas em que são reproduzidas as bases fundamentais da nossa corrente entre 1930 e 1966).....12F
 - Elementi dell'economia marxista - Sul metodo dialettico - Comunismo e conoscenza umana.....12F
 - "L'estremismo, malattia infantile del comunismo", condanna dei futuri rinnegati.....12F
 - Per l'organica sistemazione dei principi comunisti.....10F

EM INGLÊS

- * Série "The texts of the International Communist Party":
 - The Fundamentals of Revolutionary Communism..... 4F
 - Party and Class..... 6F

EM ALEMÃO

- * Die Frage der revolutionären Partei..... 4F
- * Revolution und Konterrevolution in Russland..... 6F
- * Der Kampf gegen den alten und den heutigen Revisionismus..... 6F
- * Die Grundlagen des revolutionären Kommunismus..... 8F
- * Was heisst es, den Marxismus zu verteidigen ?.....10F

Correspondência e pedidos para:

Editions Programme, 20, rue Jean Bouton - 75012 Paris.

Pagamentos: por ordem de pagamento internacional em nome de F. Gambini, ou para a C.C.P. 2202-22 Marseille (F.Gambini).

Expedições: correm por nossa conta as expedições em envelope ou pacote abertos, tarifa livros e jornais. Para expedição em envelope ou pacote fechado, especificar expressamente ao fazer o pedido e acrescentar 20% para as despesas de correio.

Supplément au n° 225 du "Prolétaire"

